

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023

Pág.: 1



Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesso em: https://epec.tee.pe.gov.br/epm/validaDocumento.aspx?CodigoDocumento=777f71d1-1feb-4270-b70-71976071a6bd

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE ¹		4.990.133,48	28.530.716,10	PASSIVO CIRCULANTE ¹¹		5.180.680,59	8.405.799,26
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA ²		1.932.145,89	25.208.927,80	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ¹²		1.431.373,33	1.578.577,13
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		1.932.145,89	25.208.927,80	ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO			
CAIXA	F	2.010,26	0,00	PESSOAL A PAGAR		1.169.988,19	1.171.746,39
CONTA ÚNICA	F	1.930.135,63	25.208.927,80	PESSOAL A PAGAR	F	1.164.605,87	1.166.364,07
CRÉDITOS A CURTO PRAZO ³		3.052.045,23	3.239.363,48	PESSOAL A PAGAR - SENTENÇAS JUDICIAIS - EXCETO	F	5.382,32	5.382,32
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER		168,21	168,21	PRECATÓRIOS			
CRÉDITOS DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS DE	P	168,21	168,21	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		261.385,14	406.830,74
INSTITUIÇÕES PRIVADAS				CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	12.238,59	12.238,59
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		5.548.867,31	3.599.105,86	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	8.928,97	8.928,97
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	P	5.548.867,31	3.599.105,86	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	232.671,36	378.116,96
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO		-2.496.990,29	-359.910,59	FGTS	F	1.676,80	1.676,80
(-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A	P	-2.496.990,29	-359.910,59	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	5.869,42	5.869,42
RECEBER				EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO ⁴		-14.968,79	82.424,82	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO ¹³		3.591.043,34	4.288.522,10
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR		-14.968,79	4.215,21	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		3.591.043,34	4.288.522,10
IRRF A COMPENSAR	F	-14.968,79	4.215,21	FORNECEDORES NACIONAIS	F	3.586.432,74	4.256.911,50
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	78.209,61	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	4.610,60	31.610,60
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	F	0,00	78.209,61	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO ¹⁴		40.353,48	35.929,13
FAMÍLIA PAGO				OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		40.353,48	35.929,13
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO ⁵		0,00	0,00	PIS/PASEP A RECOLHER	F	40.353,48	35.929,13
ESTOQUES ⁶		20.911,15	0,00	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ALMOXARIFADO		20.911,15	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
MATERIAIS GRÁFICOS	P	1.647,50	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO ¹⁵		117.910,44	2.502.770,90
MATERIAL DE EXPEDIENTE	P	19.263,65	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS		605,66	2.077.874,34
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	CONSIGNAÇÕES	F	605,66	2.077.874,34
ATIVO BIOLÓGICO		0,00	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		117.304,78	424.896,56
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS		0,00	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES - INTRA	F	117.304,78	424.896,56
ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE ¹⁶		19.573.753,43	19.724.798,33
ATIVO NÃO CIRCULANTE ⁷		33.626.692,51	35.337.538,97	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ¹⁷		19.143.315,95	19.319.819,63
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO ⁸		12.207.508,09	16.628.519,20	ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO			
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		12.207.508,09	16.628.519,20	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		19.143.315,95	19.319.819,63
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	22.195.469,26	20.785.649,00	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	P	19.143.315,95	19.319.819,63
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	P	-9.987.961,17	-4.157.129,80	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO ¹⁸		0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
IMOBILIZADO ⁹		21.419.184,42	18.709.019,77	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO ¹⁹		430.437,48	404.978,70

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023

Pág.: 2



ISOLADO: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
BENS MÓVEIS		11.659.320,73	11.451.496,81	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO		430.437,48	404.978,70
BENS DE INFORMÁTICA	P	32.349,58	32.349,58	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS	P	0,00	404.978,70
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	8.573.175,80	8.573.175,80	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS	P	430.437,48	0,00
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	1.239,98	1.239,98	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
VEÍCULOS	P	-68.510,00	48.750,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	56.870,10	63.580,10	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	3.064.195,27	2.732.401,35	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
BENS IMÓVEIS		11.574.817,05	8.783.869,14	TOTAL PASSIVO		24.754.434,02	28.130.597,59
INSTALAÇÕES	P	7.610,44	7.610,44	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	11.567.206,61	8.776.258,70	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-1.814.953,36	-1.526.346,18	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.862.391,97	35.737.657,48
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	0,00	-216.581,24	PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-1.319.277,33	-1.309.764,94	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-495.676,03	0,00	RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00
INTANGÍVEL		0,00	0,00	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00
DIFERIDO		0,00	0,00	RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00
TOTAL		38.616.825,99	63.868.255,07	DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
				RESULTADOS ACUMULADOS		13.862.391,97	35.737.657,48
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		13.862.391,97	35.737.657,48
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		-21.875.265,51	-5.415.005,31
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		35.737.657,48	41.152.662,79
				(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.862.391,97	35.737.657,48
				TOTAL		38.616.825,99	63.868.255,07

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Assesora em Contabilidade - CPF: 028.111.111-11
 Assessoria em Contabilidade - CNPJ: 00.000.000/0001-00
 Endereço do documento: f7f7c71d-11eb-4270-b770-7f976071a6bd

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI
BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023



Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO 22		1.917.177,10	25.291.352,62	PASSIVO FINANCEIRO (5.180.680,59)+RP não Proc.(5.560.819,52) 24		10.741.500,11	14.768.169,21
ATIVO PERMANENTE 23		36.699.648,89	38.576.902,45	PASSIVO PERMANENTE 25		19.573.753,43	19.724.798,33
				SALDO PATRIMONIAL 26		8.301.572,45	29.375.287,53

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f77fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023



Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO²⁷		1.768.388,59	2.268.388,59	ATOS POTENCIAIS PASSIVO²⁸		10.462.874,05	10.478.582,05
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		1.768.388,59	2.268.388,59	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		8.515,00	24.223,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		10.454.359,05	10.454.359,05
DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		1.768.388,59	2.268.388,59	TOTAL		10.462.874,05	10.478.582,05

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/gpp/validaDoc.aspx?Codigo=documento: f17fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd>



PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI

ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Orçamento Programa - Exercício de 2023

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI

Pág.:

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		1.917.177,10	25.291.352,62	PASSIVO CIRCULANTE		5.180.680,59	8.405.799,26
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.932.145,89	25.208.927,80	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		1.431.373,33	1.578.577,13
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		1.932.145,89	25.208.927,80	PESSOAL A PAGAR		1.169.988,19	1.171.746,39
CAIXA		2.010,26	0,00	PESSOAL A PAGAR		1.164.605,87	1.166.364,07
CONTA ÚNICA		1.930.135,63	25.208.927,80	PESSOAL A PAGAR - SENTENÇAS JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS		5.382,32	5.382,32
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		-14.968,79	82.424,82	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		261.385,14	406.830,74
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR		-14.968,79	4.215,21	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		12.238,59	12.238,59
IRRF A COMPENSAR		-14.968,79	4.215,21	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)		8.928,97	8.928,97
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	78.209,61	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		232.671,36	378.116,96
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		0,00	78.209,61	FGTS		1.676,80	1.676,80
TOTAL		1.917.177,10	25.291.352,62	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS		5.869,42	5.869,42
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		3.591.043,34	4.288.522,10
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		3.591.043,34	4.288.522,10
				FORNECEDORES NACIONAIS		3.586.432,74	4.256.911,50
				CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS		4.610,60	31.610,60
				OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		40.353,48	35.929,13
				OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		40.353,48	35.929,13
				PIS/PASEP A RECOLHER		40.353,48	35.929,13
				DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		117.910,44	2.502.770,90
				VALORES RESTITUÍVEIS		605,66	2.077.874,34
				CONSIGNAÇÕES		605,66	2.077.874,34
				OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		117.304,78	424.896,56
				OUTRAS OBRIGAÇÕES - INTRA		117.304,78	424.896,56
				EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR		5.560.819,52	6.362.369,95
				EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		5.560.819,52	6.362.369,95
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		3.735.599,53	4.987.711,79
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		3.735.599,53	4.987.711,79
				RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.825.219,99	1.374.658,16
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.825.219,99	1.374.658,16
				TOTAL		10.741.500,11	14.768.169,21

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://portaltransparencia.gov.br/ppp/validaDocumento.aspx?CodigoDoDocumento=1171c71d-11eb-4270-b770-71976071a6bd>



PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI

ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Orçamento Programa - Exercício de 2023

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI

Pág.:

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		3.072.956,38	3.239.363,48	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		19.573.753,43	19.724.798,33
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		3.052.045,23	3.239.363,48	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		19.143.315,95	19.319.819,63
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER		168,21	168,21	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		19.143.315,95	19.319.819,63
CRÉDITOS DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PR		168,21	168,21	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		19.143.315,95	19.319.819,63
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		5.548.867,31	3.599.105,86	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		430.437,48	404.978,70
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS		5.548.867,31	3.599.105,86	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO		430.437,48	404.978,70
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO		-2.496.990,29	-359.910,59	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS		0,00	404.978,70
(-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		-2.496.990,29	-359.910,59	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS		430.437,48	0,00
ESTOQUES		20.911,15	0,00	TOTAL		19.573.753,43	19.724.798,33
ALMOXARIFADO		20.911,15	0,00				
MATERIAIS GRÁFICOS		1.647,50	0,00				
MATERIAL DE EXPEDIENTE		19.263,65	0,00				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		33.626.692,51	35.337.538,97				
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		12.207.508,09	16.628.519,20				
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		12.207.508,09	16.628.519,20				
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		22.195.469,26	20.785.649,00				
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO		-9.987.961,17	-4.157.129,80				
IMOBILIZADO		21.419.184,42	18.709.019,77				
BENS MÓVEIS		11.659.320,73	11.451.496,81				
BENS DE INFORMÁTICA		32.349,58	32.349,58				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		8.573.175,80	8.573.175,80				
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		1.239,98	1.239,98				
VEÍCULOS		-68.510,00	48.750,00				
DEMAIS BENS MÓVEIS		3.064.195,27	2.732.401,35				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		56.870,10	63.580,10				
BENS IMÓVEIS		11.574.817,05	8.783.869,14				
INSTALAÇÕES		7.610,44	7.610,44				
DEMAIS BENS IMÓVEIS		11.567.206,61	8.776.258,70				
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-1.814.953,36	-1.526.346,18				
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-1.319.277,33	-1.309.764,94				
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		0,00	-216.581,24				
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		-495.676,03	0,00				
TOTAL		36.699.648,89	38.576.902,45				

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://portaltransparencia.gov.br/app/validaDocumento.aspx?Codigo=documento:ft7fc71d-11eb-4270-b170-71976071a6bd>

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI

Orçamento Programa - Exercício de 2023

Pág.: 1

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXX) 29		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	-15.465.049,37	4.339.598,14
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	408.398,34	-3.075.257,81
01	VINCULADO	6.738.257,83	6.183.585,27
15001001	Recursos de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (Recursos do Exercício Corrente)	-48.291,57	-48.291,57
15410000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - FUNDEB 30% (Demais Despesas da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	2.288.171,13	2.288.171,13
15430000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR (Recursos do Exercício Corrente)	-977.523,19	-979.221,19
15500000	Transferência do Salário-Educação (Recursos do Exercício Corrente)	-1.800,00	-1.800,00
15690000	Outras Transferências de Recursos do FNDE (Recursos do Exercício Corrente)	1.006.299,93	997.492,71
15990000	Outros Recursos Vinculados à Educação (Recursos do Exercício Corrente)	-2.589.101,46	-2.589.101,46
17003110	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Recursos de Emendas Parlamentares Individuais (Recursos do Exercício Corrente)	500.332,23	0,00
17010000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados (Recursos do Exercício Corrente)	171.192,00	242.672,36
17500000	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE (Recursos do Exercício Corrente)	1.764,59	1.607,52
17550000	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta (Recursos do Exercício Corrente)	112.700,00	0,00
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	-1.571.193,33	-1.590.515,19
18980000	Recursos não classificados - a classificar (Recursos do Exercício Corrente)	-1.009.380,85	-1.001.700,55
18990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	8.855.088,35	8.864.271,51
TOTAL		-8.726.791,54	10.523.183,41





PREFEITURA MUNICIPAL

AMARAÍ

O futuro em nossas mãos



Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ff7fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

Prefeitura Municipal de Amaraí
Estado de Pernambuco

Balanço Patrimonial Isolado

Demonstração Contábil Isolada

Resolução, Nº 216/2023

2023



NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL ISOLADO

Conforme Anexo da Resolução 216/2023

O Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de Amaraji foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012. As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal, é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro por fonte de recurso.

A Prefeitura Municipal de Amaraji concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124- 4 "Município" possui como atividade principal "a administração pública geral".

Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana.



Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Bases de mensuração utilizadas:

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para "Financeiro", e (P), para "Permanente", conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de



natureza extra orçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro.

Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).

O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXX)		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	-15.465.049,37	4.339.598,14
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	408.308,34	-3.075.257,81
01	VINCULADO	6.738.257,83	6.183.585,27
15001001	Recursos de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (Recursos do Exercício Corrente)	-48.291,57	-48.291,57
15410000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - FUNDEB 30% (Demais Despesas da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	2.288.171,13	2.288.171,13
15430000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF (Recursos do Exercício Corrente)	-977.523,19	-979.221,19
15500000	Transferência do Salário-Educação (Recursos do Exercício Corrente)	-1.800,00	-1.800,00
15600000	Outras Transferências de Recursos do FUNDEB (Recursos do Exercício Corrente)	3.006.299,83	997.492,71
15990000	Outros Recursos Vinculados à Educação (Recursos do Exercício Corrente)	-2.589.101,46	-2.589.101,46
17003110	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneros da União - Recursos de Emendas Parlamentares Individuais (Recursos do Exercício Corrente)	500.332,23	0,00
17010000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneros dos Estados (Recursos do Exercício Corrente)	171.192,00	242.672,36
17500000	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE (Recursos do Exercício Corrente)	1.764,59	1.607,52
17550000	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta (Recursos do Exercício Corrente)	112.700,00	0,00
18600000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	-1.571.193,33	-1.590.515,19
18900000	Recursos não classificados - a classificar (Recursos do Exercício Corrente)	-1.009.380,85	-1.001.700,55
18990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	8.855.088,35	8.804.271,51
TOTAL		-8.726.591,54	18.523.183,41

Em atendimento a Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TCE-PE, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intra orçamentária.

Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extra orçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.



A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).

As contas intituladas no grupo "Caixa e equivalentes de caixa" são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

As contas intituladas no grupo "Créditos e valores a curto prazo" são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

O ajuste para perdas dos "Créditos tributários" foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa lançado em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

As contas intituladas no grupo "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

As contas intituladas "Estoques", são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

As contas intituladas no grupo "Imobilizado" foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o



reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

As contas classificadas no grupo "Intangível", foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

As contas classificadas no grupo "Empréstimos e financiamentos", foram avaliadas observando-se o seguinte critério: pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício;

Em atendimento as exigências previstas na Portaria MPS, as contas classificadas como "Provisões Matemáticas Previdenciárias", foram classificadas no PCASP em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPC nº 14, dentre os quais a mensuração a valor presente.

Estes registros intitulados de "passivos atuariais", referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), foram classificados no Passivo Não Circulante, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário contratado pelo RPPS.



Estas informações foram extraídas do cálculo atuarial do exercício de 2023, seguindo os critérios destacados das referências cruzadas do Passivo Não Circulante constante nesta nota explicativa.

Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Créditos a Curto Prazo Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente



Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo



Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar



a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os



passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. Ações / Cotas em Tesouraria Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente



Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento.

Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contra garantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso



I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação



Contábil da STN.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as “provisões matemáticas previdenciárias”

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentário adotado pela Prefeitura Municipal é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2023.

As entidades abrangidas.

A entidade pública abrangida pela Demonstração é a Prefeitura Municipal de Amaraji.



Referências Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 4.990.133,48 (Quatro milhões, novecentos e noventa mil, cento e trinta e três reais e quarenta e oito centavos), compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo e estoques.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas ao final do exercício somam R\$ 1.932.145,89 (Um milhão, novecentos e trinta e dois mil, cento e quarenta e cinco reais e oitenta e nove centavos).

Quadro de Detalhamento das Disponibilidades

Especificação	Saldo em 31/12/2023
Conta Única	1.930.135,63
Conta RPPS	
Outras Contas	
Aplicações Financeiras	
Caixa	2.010,26
Total	1.932.145,89

Além das informações seguintes, apostas de forma resumida, importante mencionar que fazem parte da prestação de contas consolidada os cadernos e relatórios de conciliação bancária, que detalham os valores financeiros registrados contabilmente.

Esse relatório teve sua construção e análise fundamentadas nos seguintes documentos:

O relatório Boletim de Caixa – produzido pela Tesouraria Municipal - que nos traz os saldos de acordo com a classificação contábil das contas: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Santander, Aplicação Financeira e Conta Arrecadação BB; Contas RPPS e demais contas.



Importante esclarecer que foram registrados como caixa e equivalente de caixa apenas dos valores em espécie e aquelas aplicações financeiras de curtíssimo prazo, com possibilidade de resgate para conversão em espécie.

Ao final do exercício de 2023, nenhuma das contas movimentadas pelo Poder executivo possuía pendências não resolvidas, sendo demonstrado nos relatórios contábeis o exato montante dos saldos financeiros.

Conta Única – RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). As disponibilidades do RPPS encontram-se demonstradas de forma individualizada na unidade orçamentária.

Outras Contas Movimento

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais e contratuais.

Esses recursos correspondem majoritariamente àqueles recebidos diretamente pelos fundos e entidades da administração indireta e representam, em sua maior parte, recursos com vinculação definida.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos, que estão aplicados no mercado financeiro. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios, contratos e operações de crédito) são aplicados de acordo com as determinações específicas das unidades concedentes.

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

Os créditos a curto prazo estão descritos nas seguintes contas contábeis abaixo:

Nesse grupo de contas estão contabilizados, respeitado o regime de competência, os créditos tributários a receber originários de variações patrimoniais aumentativas tributárias e de contribuições, com expectativa de realização até 31.12.2023 e em exercícios seguintes (créditos parcelados não



inscritos em dívida ativa), conforme demonstrado na tabela seguinte:

Descrição da Conta	Valor
Créditos de Transfêrencias a receber	168,21
Cientes	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
Dívida Ativa Tributária (*)	5.548.867,31
Dívida Ativa Não Tributária (*)	
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Tributária	- 2.496.990,29
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	
(-) Perdas estimadas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
(-) Perdas estimadas em Cientes	
Total	3.052.045,23

* Foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária com base na expectativa de recebimento do estoque da dívida até 12 meses na proporção de 20%, restando seu saldo residual no ativo não circulante, seguindo os critérios já definidos nesta nota.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 20%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2023 segrega os créditos inscritos em dívida



ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.

Nota 4) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:



Descrição da Conta	Valor	Atributo
Adiantamentos Concedidos		P
Créditos Previdenciários a Curto Prazo		P
Outros Créditos a Receber a Curto Prazo		P
Total Atributo Permanente	-	
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	-14.968,79	F
Créditos a receber por reembolso de salario familia e maternidade pago		F
Total Atributo Financeiro	-14.968,79	

Adiantamentos Concedidos

Esta conta registra os valores de adiantamentos concedidos a pessoal referentes a 1/3 de férias. O saldo em 31.12.2023 é composto por valores adiantados pelas empresas estatais dependentes a seus funcionários.

Créditos Previdenciários a Curto Prazo

Essa conta registra os valores de Créditos Previdenciários a Curto Prazo.

Outros Créditos a Receber a Curto Prazo

Compreende os valores de depósitos e cauções em espécie efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo e em longo prazo, também compreendem créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, apresentando a seguinte composição analítica em 31.12.2023.

A Conta Especial de Precatórios, com saldo em 31.12.2023 de R\$ 0,00 (Zero real), representa os valores transferidos pelo Município ao Poder Judiciário para quitação de precatórios, cujo pagamento aos beneficiários ainda não foi efetuado pelo Tribunal de Justiça – TJ.



Nota 5) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO:

O valor evidenciado no total de R\$ 0,00 (Zero real), compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 6) ESTOQUE (NBC T SP 04 – Item 47):

O saldo do estoque ao final do exercício foi de R\$ 20.911,15 (Vinte mil, novecentos e onze reais e quinze centavos). Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

Nota 7) ATIVO NÃO CIRCULANTE:

Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, demais créditos e valores a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 33.626.692,51 (Trinta e três milhões, seiscentos e vinte e seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta e um centavos).

NOTA 8) CRÉDITOS A LONGO PRAZO:

O valor de R\$ 12.207.508,09 (Doze milhões, duzentos e sete mil, quinhentos e oito reais e nove centavos), sendo:

Descrição da Conta	Valor
Cientes	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
Divida Ativa Tributária (*)	22.195.469,26
Divida Ativa Não Tributária (*)	
(-) Perdas estimadas em Créditos de Divida Ativa Tributária	9.987.961,17
(-) Perdas estimadas em Créditos de Divida Ativa Não Tributária	
(-) Perdas estimadas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
(-) Perdas estimadas em Cientes	
Créditos Previdenciários do RPPS	
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	
Total	12.207.508,09



Nota 9) IMOBILIZADO:

O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 21.419.184,42 (Vinte e um milhões, quatrocentos e dezenove mil, cento e oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos). Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

O Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável está em processo de adequação pela Diretoria de Patrimônio, havendo evolução metodológica com relação ao percentual de depreciação e exaustão na proporção de 10%.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

Detalhamento do Imobilizado

Descrição da Conta	Valor
Bens Móveis	11.659.320,73
(-) Depreciação de Bens Móveis	1.319.277,33
Total Ajustado dos Bens Móveis	10.340.043,40
Bens Imóveis	11.574.817,05
(-) Amortização de Bens Imóveis	495.676,03
Total Ajustado dos Bens Imóveis	11.079.141,02
Total Liquido	21.419.184,42

Nota 10) INTANGÍVEL:

O valor do Intangível totalizou R\$ 0,00 (Zero real). O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.



Nota 11) PASSIVO CIRCULANTE:

As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 5.180.680,59 (Cinco milhões, cento e oitenta mil, seiscentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos).

Nota 12) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:

Grupo de contas do passivo circulante, que compreende obrigações do Município decorrentes de relação trabalhista, especialmente aquelas com vencimento posterior à data de encerramento do exercício.

São apropriados por competência os valores devidos de férias e 13º salário, além dos tributos relacionados a essas verbas.

O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final do exercício foi de R\$ 1.431.373,33 (Um milhão, quatrocentos e trinta e um mil, trezentos e setenta e três reais e trinta e três centavos).

Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	1.169.988,19	F
Benefícios Assistenciais a Pagar		
Encargos Sociais a Pagar	261.385,14	F
Total	1.431.373,33	

Nota 13) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO:

Compreende os valores a pagar aos fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais do Município, consignando os débitos reconhecidos por competência, inclusive os valores parcelados e as decisões judiciais.

Ao final do exercício ficou em restos a pagar o valor de R\$ 3.591.043,24



(Três milhões, quinhentos e noventa e um mil, quarenta e três reais e vinte e quatro centavos), relativo a fornecedores e contas a pagar.

Detalhamento das Obrigações com Fornecedores e Contas a Pagar

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Fornecedores Nacionais	3.591.043,34	F
Total Atributo Financeiro	3.591.043,34	
Fornecedores Nacionais		
Total Atributo Permanente	-	

Nota 14) OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO:

As obrigações fiscais a curto prazo decorrentes de contribuições a União tiveram um saldo de R\$ 40.353,48 (Quarenta mil, trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos).

Nota 15) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO:

As demais obrigações a curto totalizam R\$ 117.910,44 (Cento e dezessete mil, novecentos e dez reais e quarenta e quatro centavos). O detalhamento das Consignações e Depósitos não judiciais encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Consignações	605,66	F
Depósitos Não Judiciais		
Indenizações e Restituições		
Subvenções a Pagar	-	
Outras Consignações	117.304,78	
Total com Atributo Financeiro	117.910,44	

Nota 16) PASSIVO NÃO CIRCULANTE:



As obrigações de longo prazo ao final do exercício somam R\$ 19.573.753,63 (Dezenove milhões, quinhentos e setenta e três mil, setecentos e cinquenta e três reais e sessenta e três centavos), decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo e provisões a longo prazo.

Nota 17) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO:

O montante de R\$ 19.143.315,95 (Dezenove milhões, cento e quarenta e três mil, trezentos e quinze reais e noventa e cinco centavos) compreende os parcelamentos de dívidas e outros compromissos existentes, conforme valores representados na tabela:

Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de Longo Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Precatórios		
Contribuições ao Regime Próprio de Previdência - RPPS		
Débito Parcelado - INSS	19.143.315,95	
Total com Atributo Financeiro	19.143.315,95	

Nota 18) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO):

O valor evidenciado no balanço para os empréstimos e financiamentos de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 19) OBRIGAÇÕES FISCAIS (LONGO PRAZO):

O valor evidenciado no balanço para as obrigações fiscais de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 430.437,68 (Quatrocentos e trinta mil, quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta e oito centavos).



Nota 20) PROVISÕES A LONGO PRAZO (NBC T SP 03 – Item 97 a 98):

As provisões totalizaram R\$ 0,00 (Zero real), e são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS. Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 (Zero real) conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas.

Nota 21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

O patrimônio líquido do Município compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, sendo segregado em patrimônio social, aquele pertencente às unidades da administração direta, autarquias, fundações, fundos e Câmara Municipal; capital social, aquele subscrito pelas empresas dependentes; reservas e os resultados acumulados.

O patrimônio líquido da entidade perfez ao final do exercício o valor de R\$ 13.862.391,97 (Treze milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, trezentos e noventa e um reais e noventa e sete centavos). O Resultado do exercício foi R\$ 21.875.265,51 (Vinte e um milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) deficitário. Este resultado foi impactado pela constituição de provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 (Zero real) conforme Cálculo Atuarial que consta desta prestação de contas. O Município de Amaraji não possui empresa pública ou sociedade de economia mista, por este motivo não há registro de valores nas contas de Capital Social. As autarquias também não possuem registro de Capital Social.

Detalhamento do Patrimônio Líquido



Descrição da Conta	Valor	Atributo
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	35.737.657,48	
Resultado do Exercício	- 21.875.265,51	
Ajuste de Exercícios Anteriores		
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	13.862.391,97	

Nota 22) ATIVO FINANCEIRO:

O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 1.917.177,10 (Um milhão, novecentos e dezessete mil, cento e setenta e sete reais e dez centavos).

Nota 23) ATIVO PERMANENTE:

O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 36.699.648,89 (Trinta e seis milhões, seiscentos e noventa e nove mil, seiscentos e quarenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

Nota 24) PASSIVO FINANCEIRO:

O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros.

O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 5.180.680,59 (Cinco milhões, cento e oitenta mil, seiscentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos), somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 5.560.819,52 (Cinco milhões, quinhentos e sessenta mil, oitocentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos), perfazem o total de R\$



10.741.500,11 (Dez milhões, setecentos e quarenta e um mil, quinhentos reais e onze centavos).

Nota 25) PASSIVO PERMANENTE:

Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 19.573.753,43 (Dezenove milhões, quinhentos e setenta e três mil, setecentos e cinquenta e três reais e quarenta e três centavos).

Nota 26) SALDO PATRIMONIAL:

O total do saldo patrimonial do exercício foi R\$ 8.301.572,45 (Oito milhões, trezentos e um mil, quinhentos e setenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), superavitário.

Nota 27) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO ATIVO:

O valor do saldo dos atos potenciais ativos refere-se aos Direitos conveniados e outros instrumentos congêneres e dos Direitos contratuais a executar foi de R\$ 1.768.388,59 (Um milhão, setecentos e sessenta e oito mil, trezentos e oitenta e oito reais e cinquenta e nove centavos).

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

Nota 28) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO:

O valor do saldo dos atos potenciais passivos refere-se as Obrigações conveniados e outros instrumentos congêneres e das Obrigações contratuais a executar foi de R\$ 10.462.874,05 (Dez milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinco centavos).

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e



outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

Nota 29) QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64):

O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 8.726.791,54 (Oito milhões, setecentos e vinte e seis mil, setecentos e noventa e um reais e cinquenta e quatro centavos), deficitário que poderá servir de abertura de créditos suplementares para o exercício seguinte.

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros.

Quanto ao gerenciamento da aplicação das fontes/destinação de recursos, cabe aos ordenadores de despesa, seguir o controle por fonte de recursos existente e na programação financeira, evitando o comprometimento de fontes de recursos.

Ao setor contábil, cabe o registro dos atos e fatos realizados no período representando em suas demonstrações o que de fato ocorreu com o gerenciamento das fontes feitos pelos gestores.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.



Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

Informações relevantes sobre transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

Descrição de ajustes relacionados às retenções, bem como outras



operações que impactem significativamente o balanço patrimonial:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível).

No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados.

Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial.

Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do



sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos.

O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos.

Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Resolução TCE-PE):

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item da Resolução TCE-PE):

Não houve bens recebidos por doação no exercício.

Transferência de Ativos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item Anexo da Resolução TCE-PE):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item do



Anexo Resolução TCE-PE):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico deduzidos os valores correspondentes a depreciação e amortização.

Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

Perdas da Dívida Ativa (NBC T SP 03 – item 97 e 98):

Foram reconhecidas perdas da dívida ativa decorrentes de cancelamento R\$ 12.484.951,46 (Doze milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e um reais e quarenta e seis centavos) e concedido desconto no valor de R\$0,00 (Zero real) conforme demonstrativo do departamento tributário.

Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a



transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário contratado pelo RPPS pelo atuário Túlio Pinheiro destacado acima na avaliação atuarial.

Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 10ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):



Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício.

Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve recebimento de heranças, presentes e doações no exercício.

Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício



DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP					
Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Adoção de Procedimentos Inerentes no Sistema Orçamentário	Contador	-	Implantado
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP					
1. Reconhecimento, mensuração e evidência dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.					
	Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
2. Reconhecimento, mensuração e evidência dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.					
	Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
3. Reconhecimento, mensuração e evidência dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.					
	Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
4. Reconhecimento, mensuração e evidência da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.					
	Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
TRIBUNAL DE CONTAS					
5. Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações e provisões por competência.					
	Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
6. Evidência de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.					
	Registro Contábil	Contabilização dos Eventos, evidenciando os saldos dos ativos e passivos	Contador	-	Implantado
7. Reconhecimento, mensuração e evidência dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).					
	Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
8. Reconhecimento, mensuração e evidência dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.					
	Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
9. Reconhecimento, mensuração e evidência dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).					
	Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
10. Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.					
	Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações por competência	Contador	-	Implantado
11. Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).					
	Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações por competência, 13º salário, férias e etc	Contador	-	Implantado
12. Reconhecimento, mensuração e evidência da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.					
	Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência da provisão atuarial	Contador	-	Implantado
13. Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações com fornecedores por competência.					
	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações com fornecedores	Contador	-	Implantado	
Ação 14. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das demais obrigações por competência.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação das demais obrigações por competência	Contador	-	Implantado	
Ação 15. Reconhecimento, mensuração e evidênciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidênciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado	
Ação 16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução ao valor recuperável.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidênciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado	
Ação 17. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos investimentos permanentes	Contador	-	Implantado	
Ação 18. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos estoques.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Almoxarifado	-	Implantado	
Ação 19. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil	Demais aspectos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Depto. De Patrimônio	-	Implantado	
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP					
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Contabilização da Receita pelo valor bruto	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Contabilização da receita e despesa com amortização; principal e encargos	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Contabilização de receitas e despesas previdenciárias	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Contabilização do ativo, reconhecimento, encaminhamento e inscrição	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATORIOS					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Contabilização dos principais fatos relacionados aos precatórios	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSORCIOS					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
					Não iniciada
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP					
Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP					
Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023

Pág.: 1



Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesso em: https://eccc.tee.pe.gov.br/gpp/validaDoc.sesam?Codigo=documento:ff7fc71d-11eb-4270-b770-71976077abb0

ISOLADO: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE 1		510.475,74	222.778,19	PASSIVO CIRCULANTE 10		337.461,49	357.443,83
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 2		510.475,74	220.849,78	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E 11		5.433,74	11.415,14
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		510.475,74	220.849,78	ASSISTÊNCIAS A PAGAR A CURTO PRAZO			
CONTA ÚNICA	F	448.470,17	220.849,78	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		5.433,74	11.415,14
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F	62.005,57	0,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	906,76	906,76
CRÉDITOS A CURTO PRAZO 3		0,00	0,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	4.526,98	10.508,38
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO 4		0,00	1.928,41	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	1.928,41	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO 12		119.543,47	94.084,95
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	F	0,00	1.928,41	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		119.543,47	94.084,95
FAMÍLIA PAGO				FORNECEDORES NACIONAIS	F	118.711,47	93.984,95
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO 5		0,00	0,00	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	832,00	100,00
ESTOQUES 6		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO BIOLÓGICO		0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO 13		212.484,28	251.943,74
ATIVO NÃO CIRCULANTE 7		250.921,07	180.113,02	VALORES RESTITUÍVEIS		212.484,28	251.943,74
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		0,00	0,00	CONSIGNAÇÕES	F	212.484,28	251.943,74
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE 14		0,00	0,00
IMOBILIZADO 8		250.921,07	180.113,02	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E 15		0,00	0,00
BENS MÓVEIS		247.170,18	168.494,57	ASSISTÊNCIAS A PAGAR A LONGO PRAZO			
BENS DE INFORMÁTICA	P	4.430,00	4.430,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO 16		0,00	0,00
VEÍCULOS	P	89.600,00	89.600,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	3.744,70	3.744,70	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO 17		0,00	0,00
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	4.025,00	4.025,00	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	8.120,88	8.120,88	PROVISÕES A LONGO PRAZO 18		0,00	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	137.249,60	58.573,99	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS IMÓVEIS		31.631,00	31.631,00	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	31.631,00	31.631,00	TOTAL PASSIVO		337.461,49	357.443,83
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-27.880,11	-20.012,55				
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-3.163,10	-3.163,10				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-24.717,01	-16.849,45				
INTANGÍVEL 9		0,00	0,00				
DIFERIDO		0,00	0,00				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO 19		423.935,32	45.447,38				
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00				

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)



Orçamento Programa - Exercício de 2023

Pág.: 2

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL		761.396,81	402.891,21				
				ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00
				AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00
				DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
				RESULTADOS ACUMULADOS		423.935,32	45.447,38
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		423.935,32	45.447,38
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		378.487,94	-29.471,46
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		45.447,38	74.918,84
				(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		423.935,32	45.447,38
				TOTAL		761.396,81	402.891,21

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesso em: https://etec.tce.pe.gov.br/ep/v/validaDoc.seam?codigo_documento: f77fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
BALANÇO PATRIMONIAL
 DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023



Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO 20		510.475,74	222.778,19	PASSIVO FINANCEIRO (337.461,49)+RP não Proc.(52.555,93) 22		390.017,42	401.042,88
ATIVO PERMANENTE 21		250.921,07	180.113,02	PASSIVO PERMANENTE 23		0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL 24		371.379,39	1.848,33

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f77fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023



Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO 25		250.007,50	49.992,50	ATOS POTENCIAIS PASSIVO 26		0,00	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		250.007,50	49.992,50	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		0,00	0,00
DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		250.007,50	49.992,50	TOTAL		0,00	0,00

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/gpp/validaDoc.aspx?Codigo=documento: f17fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd>



FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Orçamento Programa - Exercício de 2023

DEZEMBRO(31/12/2023)

Pág.:

ISOLADO: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		510.475,74	222.778,19	PASSIVO CIRCULANTE		337.461,49	357.443,83
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		510.475,74	220.849,78	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI		5.433,74	11.415,14
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		510.475,74	220.849,78	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		5.433,74	11.415,14
CONTA ÚNICA		448.470,17	220.849,78	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		906,76	906,76
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS		62.005,57	0,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		4.526,98	10.508,38
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	1.928,41	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		119.543,47	94.084,95
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	1.928,41	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		119.543,47	94.084,95
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		0,00	1.928,41	FORNECEDORES NACIONAIS		118.711,47	93.984,95
TOTAL		510.475,74	222.778,19	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS		832,00	100,00
				DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		212.484,28	251.943,74
				VALORES RESTITUÍVEIS		212.484,28	251.943,74
				CONSIGNAÇÕES		212.484,28	251.943,74
				EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR		52.555,93	43.599,05
				EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		52.555,93	43.599,05
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		33.869,05	945,94
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		33.869,05	945,94
				RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		18.686,88	42.653,11
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		18.686,88	42.653,11
				TOTAL		390.017,42	401.042,88

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://portal.prf.gov.br/ep/validaDoc.aspx?CodigoDoDocumento=ff7fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd>



FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Orçamento Programa - Exercício de 2023

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO CIRCULANTE		250.921,07	180.113,02				
IMOBILIZADO		250.921,07	180.113,02				
BENS MÓVEIS		247.170,18	168.494,57				
BENS DE INFORMÁTICA		4.430,00	4.430,00				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		3.744,70	3.744,70				
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		4.025,00	4.025,00				
VEÍCULOS		89.600,00	89.600,00				
DEMAIS BENS MÓVEIS		137.249,60	58.573,99				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		8.120,88	8.120,88				
BENS IMÓVEIS		31.631,00	31.631,00				
DEMAIS BENS IMÓVEIS		31.631,00	31.631,00				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-27.880,11	-20.012,55				
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		-3.163,10	-3.163,10				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-24.717,01	-16.849,45				
TOTAL		250.921,07	180.113,02				

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://portal.prf.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f17fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Orçamento Programa - Exercício de 2023

Pág.: 1

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX) 27		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	-54.467,99	-146.470,60
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	-61.035,22	-50.301,87
01	VINCULADO	174.926,31	-31.794,09
15990000	Outros Recursos Vinculados à Educação (Recursos do Exercício Corrente)	945.337,12	389.829,85
16600000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (Recursos do Exercício Corrente)	19.677,00	-5.376,01
16610000	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social (Recursos do Exercício Corrente)	30.664,68	0,00
16650000	Transferências de Convênios - Assistência Social (Recursos do Exercício Corrente)	126.652,90	104.858,05
16690000	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social (Recursos do Exercício Corrente)	86,44	43.276,50
17000000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União (Recursos do Exercício Corrente)	304.205,11	0,00
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	-191.227,11	-145.685,27
18980000	Recursos não classificados – a classificar (Recursos do Exercício Corrente)	-1.021.682,31	-448.947,07
18990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	-38.787,52	30.249,86
TOTAL		120.458,32	-178.264,69





PREFEITURA MUNICIPAL
AMARAÍ
O futuro em nossas mãos



Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ff7fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL DE AMARAÍ

Balanço Patrimonial Isolado

Demonstração Contábil Isolada
Resolução, Nº 216/2023

2023



NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL ISOLADO

Conforme Anexo da Resolução 216/2023

O Balanço Patrimonial do Fundo Municipal de Assistência Social de Amaraji foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012. As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial do Fundo Municipal de Assistência Social, é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro por fonte de recurso.

O Fundo Municipal de Assistência Social concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 "Fundo Público da Administração Direta Municipal" possui como atividade principal "Regulação das Atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais".



Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Bases de mensuração utilizadas:

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para "Financeiro",



e (P), para "Permanente", conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extra orçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro.

Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).

O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXX)		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINARIO	-54.467,99	-146.478,60
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	-61.035,22	-50.301,87
01	VINCULADO	174.926,31	-31.794,09
15990000	Outros Recursos Vinculados à Educação (Recursos do Exercício Corrente)	943.337,32	389.629,85
16600000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (Recursos do Exercício Corrente)	19.677,00	-5.376,01
16610000	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social (Recursos do Exercício Corrente)	30.664,68	0,00
16650000	Transferências de Convênios - Assistência Social (Recursos do Exercício Corrente)	126.852,90	104.858,05
16690000	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social (Recursos do Exercício Corrente)	16,64	43.276,50
17000000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneros de Utilidade (Recursos do Exercício Corrente)	304.205,11	0,00
18600000	Outros recursos extrorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	-191.227,31	-145.685,27
18900000	Recursos não classificados - a classificar (Recursos do Exercício Corrente)	-1.021.682,31	-448.947,07
18990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	-38.787,52	30.249,86
TOTAL		128.458,32	-478.264,69

Em atendimento a Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TCE-PE, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intra orçamentária.

Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extra orçamentários e apropriadas



orçamentariamente para cada caso.

Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.

A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).

As contas intituladas no grupo "Caixa e equivalentes de caixa" são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

As contas intituladas no grupo "Créditos e valores a curto prazo" são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

O ajuste para perdas dos "Créditos tributários" foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa lançado em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

As contas intituladas no grupo "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

As contas intituladas "Estoques", são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram



disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se o seguinte critério: pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício;

Em atendimento as exigências previstas na Portaria MPS, as contas classificadas como “Provisões Matemáticas Previdenciárias”, foram classificadas no PCASP em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPC nº 14, dentre os quais a mensuração a valor presente.

Estes registros intitulados de “passivos atuariais”, referentes ao Regime



Próprio de Previdência Social (RPPS), foram classificados no Passivo Não Circulante, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário contratado pelo RPPS.

Estas informações foram extraídas do cálculo atuarial do exercício de 2023, seguindo os critérios destacados das referências cruzadas do Passivo Não Circulante constante nesta nota explicativa.

Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Créditos a Curto Prazo Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso



normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária,



independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante



Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de



exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. Ações / Cotas em Tesouraria Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro



Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento.

Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contra garantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para



abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público



e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação Contábil da STN.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as "provisões matemáticas previdenciárias"

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentário adotado pelo Fundo Municipal de Assistência Social é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2023.

As entidades abrangidas.



A entidade pública abrangida pela Demonstração é o Fundo Municipal de Assistência Social de Amaraji-FMAS.

Referências Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 510.475,74 (Quinhentos e dez mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo e estoques.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas ao final do exercício somam R\$ 510.475,74 (Quinhentos e dez mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e quatro centavos).

Quadro de Detalhamento das Disponibilidades

Especificação	Saldo em 31/12/2023
Conta Única	448.470,17
Conta RPPS	
Outras Contas	62.005,57
Aplicações Financeiras	
Depositos Restituíveis e Valores Vinculados	
Total	510.475,74

Além das informações seguintes, apostas de forma resumida, importante mencionar que fazem parte da prestação de contas consolidada os cadernos e relatórios de conciliação bancária, que detalham os valores financeiros registrados contabilmente.

Esse relatório teve sua construção e análise fundamentadas nos seguintes documentos:

O relatório Boletim de Caixa – produzido pela Tesouraria Municipal - que nos traz os saldos de acordo com a classificação contábil das contas: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Santander, Aplicação Financeira e



Conta Arrecadação BB; Contas RPPS e demais contas.

Importante esclarecer que foram registrados como caixa e equivalente de caixa apenas dos valores em espécie e aquelas aplicações financeiras de curtíssimo prazo, com possibilidade de resgate para conversão em espécie.

Ao final do exercício de 2023, nenhuma das contas movimentadas pelo Poder executivo possuía pendências não resolvidas, sendo demonstrado nos relatórios contábeis o exato montante dos saldos financeiros.

Conta Única – RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). As disponibilidades do RPPS encontram-se demonstradas de forma individualizada na unidade orçamentária.

Outras Contas Movimento

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais e contratuais.

Esses recursos correspondem majoritariamente àqueles recebidos diretamente pelos fundos e entidades da administração indireta e representam, em sua maior parte, recursos com vinculação definida.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos, que estão aplicados no mercado financeiro. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios, contratos e operações de crédito) são aplicados de acordo com as determinações específicas das unidades concedentes.

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

Os créditos a curto prazo estão descritos nas seguintes contas contábeis abaixo:

Nesse grupo de contas estão contabilizados, respeitado o regime de competência, os créditos tributários a receber originários de variações patrimoniais aumentativas tributárias e de contribuições, com expectativa de



realização até 31.12.2023 e em exercícios seguintes (créditos parcelados não inscritos em dívida ativa), conforme demonstrado na tabela seguinte:

Descrição da Conta	Valor
Cientes	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
Dívida Ativa Tributária (*)	
Dívida Ativa Não Tributária (*)	
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Tributária	
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	
(-) Perdas estimadas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
(-) Perdas estimadas em Cientes	
Total	-

* Foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária com base na expectativa de recebimento do estoque da dívida até 12 meses na proporção de 20%, restando seu saldo residual no ativo não circulante, seguindo os critérios já definidos nesta nota.

Não houve registro de créditos a curto prazo registrados na entidade no exercício de 2023.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 20%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:



Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2023 segrega os créditos inscritos em dívida ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.



Nota 4) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Adiantamentos Concedidos		P
Créditos Previdenciários a Curto Prazo		P
Outros Créditos a Receber a Curto Prazo		P
Total Atributo Permanente	-	
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo		F
Créditos a receber por reembolso de salario familia e maternidade pago		F
Total Atributo Financeiro	-	

Adiantamentos Concedidos

Esta conta registra os valores de adiantamentos concedidos a pessoal referentes a 1/3 de férias. O saldo em 31.12.2023 é composto por valores adiantados pelas empresas estatais dependentes a seus funcionários.

Créditos Previdenciários a Curto Prazo

Essa conta registra os valores de Créditos Previdenciários a Curto Prazo.

Outros Créditos a Receber a Curto Prazo

Compreende os valores de depósitos e cauções em espécie efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo e em longo prazo, também compreendem créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, apresentando a seguinte composição analítica em 31.12.2023.

A Conta Especial de Precatórios, com saldo em 31.12.2023 de R\$ 0,00 (Zero real), representa os valores transferidos pelo Município ao Poder Judiciário para quitação de precatórios, cujo pagamento aos beneficiários ainda não foi



efetuado pelo Tribunal de Justiça – TJ.

Nota 5) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO:

O valor evidenciado no total de R\$ 0,00 (Zero real), compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 6) ESTOQUE (NBC T SP 04 – Item 47):

O saldo do estoque ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real). Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

Nota 7) ATIVO NÃO CIRCULANTE:

Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, demais créditos e valores a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 250.921,07 (Duzentos e cinquenta mil, novecentos e um reais e sete centavos).

Nota 8) IMOBILIZADO:

O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 250.921,07 (Duzentos e cinquenta mil, novecentos e um reais e sete centavos). Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

O Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável está em processo de adequação pela Diretoria de Patrimônio, havendo evolução metodológica com relação ao percentual de depreciação e exaustão na proporção de 10%.

Não houve perda de bens por inservibilidade.



Detalhamento do Imobilizado

Descrição da Conta	Valor
Bens Móveis	247.170,18
(-) Depreciação de Bens Móveis	24.717,01
Total Ajustado dos Bens Móveis	222.453,17
Bens Imóveis	31.631,00
(-) Amortização de Bens Imóveis	3.163,10
Total Ajustado dos Bens Imóveis	28.467,90
Total Liquido	250.921,07

Nota 9) INTANGÍVEL:

O valor do Intangível totalizou R\$ 0,00 (Zero real). O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.

Nota 10) PASSIVO CIRCULANTE:

As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 337.461,49 (Trezentos e trinta e sete mil, quatrocentos e sessenta e um reais e quarenta e nove centavos).

Nota 11) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:

Grupo de contas do passivo circulante, que compreende obrigações do Município decorrentes de relação trabalhista, especialmente aquelas com vencimento posterior à data de encerramento do exercício.

São apropriados por competência os valores devidos de férias e 13º salário, além dos tributos relacionados a essas verbas.

O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais



a pagar ao final do exercício foi de R\$ 5.433,74 (Cinco mil, quatrocentos e trinta e três reais e setenta e quatro centavos).

Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar		
Benefícios Assistenciais a Pagar		
Encargos Sociais a Pagar	5.433,74	
Total	5.433,74	

Nota 12) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO:

Compreende os valores a pagar aos fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais do Município, consignando os débitos reconhecidos por competência, inclusive os valores parcelados e as decisões judiciais.

Ao final do exercício ficou em restos a pagar o valor de R\$ 119.543,47 (Cento e dezenove mil, quinhentos e quarenta e três reais e quarenta e sete centavos), relativo a fornecedores e contas a pagar.

Detalhamento das Obrigações com Fornecedores e Contas a Pagar

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Fornecedores Nacionais	119.543,47	
Total Atributo Financeiro	119.543,47	
Fornecedores Nacionais		
Total Atributo Permanente	-	

Nota 13) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO:

As demais obrigações a curto totalizam R\$ 212.484,28 (Duzentos e doze mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e vinte e oito centavos). O



detalhamento das Consignações e Depósitos não judiciais encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Consignações	212.484,28	F
Depósitos Não Judiciais		
Indenizações e Restituições		
Subvenções a Pagar	-	
Outras Consignações		
Total com Atributo Financeiro	212.484,28	

Nota 14) PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

As obrigações de longo prazo ao final do exercício somam R\$ 0,00 (Zero real), decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo e provisões a longo prazo.

Nota 15) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO:

O montante de R\$ 0,00 (Zero real) compreende os parcelamentos de dívidas e outros compromissos existentes, conforme valores representados na tabela:

Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de Longo Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Precatórios		
Contribuições ao Regime Próprio de Previdência - RPPS		
Débito Parcelado - INSS		
Total com Atributo Financeiro	-	



Nota 16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO):

O valor evidenciado no balanço para os empréstimos e financiamentos de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 17) OBRIGAÇÕES FISCAIS (LONGO PRAZO):

O valor evidenciado no balanço para as obrigações fiscais de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 18) PROVISÕES A LONGO PRAZO (NBC T SP 03 – Item 97 a 98):

As provisões totalizaram R\$ 0,00 (Zero real), e são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS. Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 (Zero real) conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas.

Nota 19) PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

O patrimônio líquido do Fundo compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, sendo segregado em patrimônio social, aquele pertencente às unidades da administração direta, autarquias, fundações, fundos e Câmara Municipal; capital social, aquele subscrito pelas empresas dependentes; reservas e os resultados acumulados.

O patrimônio líquido da entidade perfez ao final do exercício o valor de R\$ 423.935,32 (Quatrocentos e vinte e três mil, novecentos e trinta e cinco reais e trinta e dois centavos. O Resultado do exercício foi R\$ 378.487,94 (Trezentos e setenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e noventa e quatro centavos) superavitário. Este resultado foi impactado pela constituição de provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 (Zero real) conforme Cálculo Atuarial que consta desta prestação de contas. O Município de Amaraji não possui empresa pública ou sociedade de economia mista, por este motivo não há registro de valores nas contas de Capital Social. As autarquias também



não possuem registro de Capital Social.

Detalhamento do Patrimônio Líquido

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	45.447,38	
Resultado do Exercício	378.487,94	
Ajuste de Exercícios Anteriores		
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	423.935,32	

Nota 20) ATIVO FINANCEIRO:

O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 510.475,74 (Quinhentos e dez mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e quatro centavos).

Nota 21) ATIVO PERMANENTE:

O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 250.921,07 (Duzentos e cinquenta mil, novecentos e vinte e um reais e sete centavos).

Nota 22) PASSIVO FINANCEIRO:

O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros.



O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 337.461,69 (Trezentos e trinta e sete mil, quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta e nove centavos), somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 52.555,93 (Cinquenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e noventa e três centavos) perfazem o total de R\$ 401.042,88 (Quatrocentos e um mil, quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos).

Nota 23) PASSIVO PERMANENTE:

Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 24) SALDO PATRIMONIAL:

O total do saldo patrimonial do exercício foi R\$ 371.379,39 (Trezentos e setenta e um mil, trezentos e setenta e nove reais e trinta e nove centavos), superavitário.

Nota 25) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO ATIVO:

O valor do saldo dos atos potenciais ativos refere-se aos Direitos conveniados e outros instrumentos congêneres e dos Direitos contratuais a executar foi de R\$ 250.007,50 (Duzentos e cinquenta mil, sete reais e cinquenta centavos).

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

Nota 26) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO:

O valor do saldo dos atos potenciais passivos refere-se as Obrigações conveniados e outros instrumentos congêneres e das Obrigações contratuais a



executar foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

Nota 27) QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64):

O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 120.458,32 (Cento e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos), superavitário que poderá servir de abertura de créditos suplementares para o exercício seguinte.

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros.

Quanto ao gerenciamento da aplicação das fontes/destinação de recursos, cabe aos ordenadores de despesa, seguir o controle por fonte de recursos existente e na programação financeira, evitando o comprometimento de fontes de recursos.

Ao setor contábil, cabe o registro dos atos e fatos realizados no período representando em suas demonstrações o que de fato ocorreu com o gerenciamento das fontes feitos pelos gestores.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:



Não houve registro de passivos contingentes.

Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

Informações relevantes sobre transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.



Descrição de ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem significativamente o balanço patrimonial:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível).

No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados.

Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial.



Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos.

O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos.

Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Resolução TCE-PE):

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item da Resolução TCE-PE):

Não houve bens recebidos por doação no exercício.

Transferência de Ativos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item Anexo da Resolução TCE-PE):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.



Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico deduzidos os valores correspondentes a depreciação e amortização.

Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

Perdas da Dívida Ativa (NBC T SP 03 – item 97 e 98):

Foram reconhecidas perdas da dívida ativa decorrentes de cancelamento R\$ 0,00 (Zero real) e concedido desconto no valor de R\$0,00 (Zero real) conforme demonstrativo do departamento tributário.

Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a



transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário contratado pelo RPPS pelo atuário Túlio Pinheiro destacado acima na avaliação atuarial.

Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 10ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):



Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício.

Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve recebimento de heranças, presentes e doações no exercício.

Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício



DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP					
Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Adoção de Procedimentos Internos no Sistema Orçamentário	Contador	-	Implantado
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP					
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.					
	Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.					
	Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.					
	Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.					
	Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
TRIBUNAL DE CONTAS					
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.					
	Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.					
	Registro Contábil	Contabilização dos Eventos, evidenciando os saldos dos ativos e passivos	Contador	-	Implantado
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).					
	Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.					
	Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).					
	Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.					
	Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência	Contador	-	Implantado
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).					
	Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, 13º salário, férias e etc	Contador	-	Implantado
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.					
	Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial	Contador	-	Implantado
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.					
	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores	Contador	-	Implantado	
Ação 14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência	Contador	-	Implantado	
Ação 15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado	
Ação 16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução ao valor recuperável.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado	
Ação 17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes	Contador	-	Implantado	
Ação 18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Almoxarifado	-	Implantado	
Ação 19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil	Demais aspectos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Depto. De Patrimônio	-	Implantado	
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP					
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Contabilização da Receita pelo valor bruto	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Contabilização da receita e despesa com amortização; principal e encargos	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Contabilização de receitas e despesas previdenciárias	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Contabilização do ativo, reconhecimento, encaminhamento e inscrição	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATORIOS					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Contabilização dos principais fatos relacionados aos precatórios	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSORCIOS					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
					Não iniciada
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP					
Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP					
Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMARAJI
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023



Pág.: 1

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesso em: https://eccc.tee.pe.gov.br/gnp/validaDoc.ssam Código do documento: f77fe71d-11eb-4270-b770-71976071a6bd

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMARAJI

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE 1		2.485.132,50	624.398,51	PASSIVO CIRCULANTE 10		3.099.128,00	4.211.180,92
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 2		2.429.373,49	590.010,93	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E 11		434.355,59	520.704,96
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		2.429.373,49	590.010,93	ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO			
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F	20,90	20,90	PESSOAL A PAGAR		124.305,36	124.305,36
CONTA ÚNICA	F	2.429.352,59	589.990,03	PESSOAL A PAGAR	F	124.305,36	124.305,36
CRÉDITOS A CURTO PRAZO 3		55.759,01	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		310.050,23	396.399,60
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER		55.759,01	0,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	3.380,80	3.380,80
CRÉDITOS DECORRENTES DE OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	P	55.759,01	0,00	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	1.414,00	1.414,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO 4		0,00	34.387,58	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	304.445,72	390.795,09
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	34.387,58	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	809,71	809,71
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	F	0,00	34.387,58	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
FAMÍLIA PAGO		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO 12		961.853,30	696.598,98
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO 5		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		961.853,30	696.598,98
ESTOQUES 6		0,00	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F	953.954,90	690.978,98
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	7.898,40	5.620,00
ATIVO BIOLÓGICO		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
				PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE 7		3.940.980,40	3.651.237,41	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO 13		1.702.919,11	2.993.876,98
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		0,00	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS		1.702.919,11	2.993.876,98
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	CONSIGNAÇÕES	F	1.702.919,11	2.993.876,98
IMOBILIZADO 8		3.940.980,40	3.651.237,41	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE 14		44.895,44	0,00
BENS MÓVEIS		3.802.059,03	3.480.122,38	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E 15		0,00	0,00
BENS DE INFORMÁTICA	P	60.152,99	60.152,99	ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO			
VEÍCULOS	P	780.154,00	780.154,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO 16		0,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	2.017.564,31	2.017.564,31	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	60.170,81	60.170,81	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO 17		44.895,44	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	884.016,92	562.080,27	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO		44.895,44	0,00
BENS IMÓVEIS		862.467,67	862.467,67	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS	P	44.895,44	0,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	862.467,67	862.467,67	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-723.546,30	-691.352,64	PROVISÕES A LONGO PRAZO 18		0,00	0,00
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	0,00	-94.871,43	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-628.674,87	-596.481,21	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-94.871,43					
INTANGÍVEL 9		0,00	0,00				
DIFERIDO		0,00	0,00				

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMARAJI
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023

Pág.: 2



ISOLADO: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMARAJI

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				TOTAL PASSIVO		3.144.023,44	4.211.180,92
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO 19		3.282.089,46	64.455,00				
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00				
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00				
RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00				
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00				
RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00				
DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00				
RESULTADOS ACUMULADOS		3.282.089,46	64.455,00				
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		3.282.089,46	64.455,00				
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		3.217.634,46	-1.145.273,19				
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		64.455,00	1.209.728,19				
(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00				
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.282.089,46	64.455,00				
TOTAL		6.426.112,90	4.275.635,92				

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Assesores: https://eicetec-pe.gov.br/ppp/validaDoc.aspx?CodigoDocumento=ff7fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMARAJI
BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023



Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO 20		2.429.373,49	624.398,51	PASSIVO FINANCEIRO (3.099.128,00)+RP não Proc.(260.329,55) 22		3.359.457,55	4.347.417,30
ATIVO PERMANENTE 21		3.996.739,41	3.651.237,41	PASSIVO PERMANENTE 23		44.895,44	0,00
				SALDO PATRIMONIAL 24		3.021.759,91	-71.781,38

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f77fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMARAJI
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023

Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO 25		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO 26		0,00	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		0,00	0,00
DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		0,00	0,00

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://epec.tce-pe.gov.br/gpp/validarDocumento.aspx> Código do documento: f17fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMARAJI

ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Orçamento Programa - Exercício de 2023

DEZEMBRO(31/12/2023)

Pág.:

ISOLADO: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMARAJI

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		2.429.373,49	624.398,51	PASSIVO CIRCULANTE		3.099.128,00	4.211.180,92
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.429.373,49	590.010,93	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIAI		434.355,59	520.704,96
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		2.429.373,49	590.010,93	PESSOAL A PAGAR		124.305,36	124.305,36
CONTA ÚNICA		2.429.352,59	589.990,03	PESSOAL A PAGAR		124.305,36	124.305,36
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS		20,90	20,90	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		310.050,23	396.399,60
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	34.387,58	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		3.380,80	3.380,80
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	34.387,58	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)		1.414,00	1.414,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		0,00	34.387,58	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		304.445,72	390.795,09
TOTAL		2.429.373,49	624.398,51	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS		809,71	809,71
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		961.853,30	696.598,98
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		961.853,30	696.598,98
				FORNECEDORES NACIONAIS		953.954,90	690.978,98
				CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS		7.898,40	5.620,00
				DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		1.702.919,11	2.993.876,98
				VALORES RESTITUÍVEIS		1.702.919,11	2.993.876,98
				CONSIGNAÇÕES		1.702.919,11	2.993.876,98
				EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR		260.329,55	136.236,38
				EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		260.329,55	136.236,38
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		2.072,70	1.984,70
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		2.072,70	1.984,70
				RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		258.256,85	134.251,68
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		258.256,85	134.251,68
				TOTAL		3.359.457,55	4.347.417,30

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://portal.prf.gov.br/epm/validaDoc.aspx?CodigoDoDocumento=17111eb-4270-b770-71976071a6bd>



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMARAJI

ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Orçamento Programa - Exercício de 2023

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMARAJI

Pág.:

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		55.759,01	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		44.895,44	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		55.759,01	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		44.895,44	0,00
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER		55.759,01	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO		44.895,44	0,00
CRÉDITOS DECORRENTES DE OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		55.759,01	0,00	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS		44.895,44	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.940.980,40	3.651.237,41	TOTAL		44.895,44	0,00
IMOBILIZADO		3.940.980,40	3.651.237,41				
BENS MÓVEIS		3.802.059,03	3.480.122,38				
BENS DE INFORMÁTICA		60.152,99	60.152,99				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		2.017.564,31	2.017.564,31				
VEÍCULOS		780.154,00	780.154,00				
DEMAIS BENS MÓVEIS		884.016,92	562.080,27				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		60.170,81	60.170,81				
BENS IMÓVEIS		862.467,67	862.467,67				
DEMAIS BENS IMÓVEIS		862.467,67	862.467,67				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-723.546,30	-691.352,64				
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		0,00	-94.871,43				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-628.674,87	-596.481,21				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		-94.871,43	0,00				
TOTAL		3.996.739,41	3.651.237,41				

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://portal.transparencia.mg.gov.br/emp/validaDoc.seam> Código do documento: f17fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMARAJI

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMARAJI

Orçamento Programa - Exercício de 2023

Pág.: 1

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXX) 27		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	1.457.036,30	226.787,40
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	2.148.588,37	2.885.128,61
01	VINCULADO	-2.387.120,36	-3.949.806,19
16000000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	4.108.335,96	1.534.802,00
16010000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	-16.089,88	15.391,27
16590000	Outros Recursos Vinculados à Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	-6.366.332,78	-5.471.560,03
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	-385.353,22	-308.855,22
18980000	Recursos não classificados - a classificar (Recursos do Exercício Corrente)	-5.275,34	-5.275,34
18990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	277.594,90	285.691,13
TOTAL		-930.084,06	-3.723.018,79





PREFEITURA MUNICIPAL
AMARAÍ
O futuro em nossas mãos



Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ff7fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
AMARAÍ

Balanco Patrimonial Isolado

Demonstração Contábil Isolada

Resolução, Nº 216/2023

2023



NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL ISOLADO

Conforme Anexo da Resolução 216/2023

O Balanço Patrimonial do Fundo Municipal de Saúde de Amaraji foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012. As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial do Fundo Municipal de Saúde, é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro por fonte de recurso.

O Fundo Municipal de Saúde concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 "Fundo Público da Administração Direta Municipal" possui como atividade principal "Regulação das Atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais".

Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos



municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Bases de mensuração utilizadas:

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para "Financeiro", e (P), para "Permanente", conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE.



Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extra orçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro.

Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).

O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211LXXXX)		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINARIO	1.457.036,30	226.797,40
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	2.148.583,37	2.885.128,61
01	VINCULADO	-2.387.128,36	-3.949.806,19
16000000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	4.108.335,96	1.534.802,00
16010000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	-16.009,88	15.391,27
16590000	Outros Recursos Vinculados à Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	-6.366.332,78	-5.471.560,03
18690000	Outros recursos extraordinários (Recursos do Exercício Corrente)	-385.353,22	-308.835,22
18990000	Recursos não classificados - a classificar (Recursos do Exercício Corrente)	-5.275,34	-5.275,34
19990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	273.594,90	285.691,13
TOTAL		-938.084,06	-3.723.018,79

Em atendimento a Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TCE-PE, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intra orçamentária.

Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extra orçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da



alienação de ativos ou pagamento de passivos.

A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).

As contas intituladas no grupo "Caixa e equivalentes de caixa" são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

As contas intituladas no grupo "Créditos e valores a curto prazo" são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

O ajuste para perdas dos "Créditos tributários" foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa lançado em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

As contas intituladas no grupo "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

As contas intituladas "Estoques", são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

As contas intituladas no grupo "Imobilizado" foram reconhecidas



inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

As contas classificadas no grupo "Intangível", foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

As contas classificadas no grupo "Empréstimos e financiamentos", foram avaliadas observando-se o seguinte critério: pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício;

Em atendimento as exigências previstas na Portaria MPS, as contas classificadas como "Provisões Matemáticas Previdenciárias", foram classificadas no PCASP em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPC nº 14, dentre os quais a mensuração a valor presente.

Estes registros intitulados de "passivos atuariais", referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), foram classificados no Passivo Não Circulante, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário contratado



pelo RPPS.

Estas informações foram extraídas do cálculo atuarial do exercício de 2023, seguindo os critérios destacados das referências cruzadas do Passivo Não Circulante constante nesta nota explicativa.

Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Créditos a Curto Prazo Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas



Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar



a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.



Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido



Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. Ações / Cotas em Tesouraria Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.



Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento.

Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contra garantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles



vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação



Contábil da STN.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as “provisões matemáticas previdenciárias”

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentário adotado pelo Fundo Municipal de Saúde é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2023.

As entidades abrangidas.

A entidade pública abrangida pela Demonstração é o Fundo Municipal de Saúde de Amaraji-FMS.



Referências Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 2.485.132,50 (Dois milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, cento e trinta e dois reais e cinquenta centavos), compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo e estoques.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas ao final do exercício somam R\$ 2.429.373,49 (Dois milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, trezentos e setenta e três reais e quarenta e nove centavos).

Quadro de Detalhamento das Disponibilidades

Especificação	Saldo em 31/12/2023
Conta Única	2.429.352,59
Conta RPPS	
Outras Contas	20,90
Aplicações Financeiras	
Depositos Restituíveis e Valores Vinculados	
Total	2.429.373,49

Além das informações seguintes, apostas de forma resumida, importante mencionar que fazem parte da prestação de contas consolidada os cadernos e relatórios de conciliação bancária, que detalham os valores financeiros registrados contabilmente.

Esse relatório teve sua construção e análise fundamentadas nos seguintes documentos:

O relatório Boletim de Caixa – produzido pela Tesouraria Municipal - que nos traz os saldos de acordo com a classificação contábil das contas: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Santander, Aplicação Financeira e Conta Arrecadação BB; Contas RPPS e demais contas.



Importante esclarecer que foram registrados como caixa e equivalente de caixa apenas dos valores em espécie e aquelas aplicações financeiras de curtíssimo prazo, com possibilidade de resgate para conversão em espécie.

Ao final do exercício de 2023, nenhuma das contas movimentadas pelo Poder executivo possuía pendências não resolvidas, sendo demonstrado nos relatórios contábeis o exato montante dos saldos financeiros.

Conta Única – RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). As disponibilidades do RPPS encontram-se demonstradas de forma individualizada na unidade orçamentária.

Outras Contas Movimento

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais e contratuais.

Esses recursos correspondem majoritariamente àqueles recebidos diretamente pelos fundos e entidades da administração indireta e representam, em sua maior parte, recursos com vinculação definida.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos, que estão aplicados no mercado financeiro. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios, contratos e operações de crédito) são aplicados de acordo com as determinações específicas das unidades concedentes.

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

Os créditos a curto prazo estão descritos nas seguintes contas contábeis abaixo:

Nesse grupo de contas estão contabilizados, respeitado o regime de competência, os créditos tributários a receber originários de variações patrimoniais aumentativas tributárias e de contribuições, com expectativa de realização até 31.12.2023 e em exercícios seguintes (créditos parcelados não



inscritos em dívida ativa), conforme demonstrado na tabela seguinte:

Descrição da Conta	Valor
Créditos de Outras Transferências	55.759,01
Cientes	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
Dívida Ativa Tributária (*)	
Dívida Ativa Não Tributária (*)	
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Tributária	
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	
(-) Perdas estimadas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
(-) Perdas estimadas em Cientes	
Total	55.759,01

* Foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária com base na expectativa de recebimento do estoque da dívida até 12 meses na proporção de 20%, restando seu saldo residual no ativo não circulante, seguindo os critérios já definidos nesta nota.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 20%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2023 segrega os créditos inscritos em dívida



ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.

Nota 4) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:



Descrição da Conta	Valor	Atributo
Adiantamentos Concedidos		P
Créditos Previdenciários a Curto Prazo		P
Outros Créditos a Receber a Curto Prazo		P
Total Atributo Permanente	-	
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo		F
Créditos a receber por reembolso de salario familia e maternidade pago		F
Total Atributo Financeiro	-	

Adiantamentos Concedidos

Esta conta registra os valores de adiantamentos concedidos a pessoal referentes a 1/3 de férias. O saldo em 31.12.2023 é composto por valores adiantados pelas empresas estatais dependentes a seus funcionários.

Créditos Previdenciários a Curto Prazo

Essa conta registra os valores de Créditos Previdenciários a Curto Prazo.

Outros Créditos a Receber a Curto Prazo

Compreende os valores de depósitos e cauções em espécie efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo e em longo prazo, também compreendem créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, apresentando a seguinte composição analítica em 31.12.2023.

A Conta Especial de Precatórios, com saldo em 31.12.2023 de R\$ 0,00 (Zero real), representa os valores transferidos pelo Município ao Poder Judiciário para quitação de precatórios, cujo pagamento aos beneficiários ainda não foi efetuado pelo Tribunal de Justiça – TJ.



Nota 5) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO:

O valor evidenciado no total de R\$ 0,00 (Zero real), compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 6) ESTOQUE (NBC T SP 04 – Item 47):

O saldo do estoque ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real). Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

Nota 7) ATIVO NÃO CIRCULANTE:

Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, demais créditos e valores a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 3.940.980,40 (Três milhões, novecentos e quarenta mil, novecentos e oitenta reais e quarenta centavos).

Nota 8) IMOBILIZADO:

O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 3.940.980,40 (Três milhões, novecentos e quarenta mil, novecentos e oitenta reais e quarenta centavos). Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

O Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável está em processo de adequação pela Diretoria de Patrimônio, havendo evolução metodológica com relação ao percentual de depreciação e exaustão na proporção de 10%.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

Detalhamento do Imobilizado



Descrição da Conta	Valor
Bens Móveis	3.802.059,03
(-) Depreciação de Bens Móveis	628.674,87
Total Ajustado dos Bens Móveis	3.173.384,16
Bens Imóveis	862.467,67
(-) Amortização de Bens Imóveis	94.871,43
Total Ajustado dos Bens Imóveis	767.596,24
Total Liquido	3.940.980,40

Nota 9) INTANGÍVEL:

O valor do Intangível totalizou R\$ 0,00 (Zero real). O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.

Nota 10) PASSIVO CIRCULANTE:

As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 3.099.128,00 (Três milhões, noventa e nove mil, cento e vinte e oito reais).

Nota 11) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:

Grupo de contas do passivo circulante, que compreende obrigações do Município decorrentes de relação trabalhista, especialmente aquelas com vencimento posterior à data de encerramento do exercício.

São apropriados por competência os valores devidos de férias e 13º salário, além dos tributos relacionados a essas verbas.

O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final do exercício foi de R\$ 434.355,59 (Quatrocentos e trinta e quatro



mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	124.305,36	F
Benefícios Assistenciais a Pagar		
Encargos Sociais a Pagar	310.050,23	F
Total	434.355,59	

Nota 12) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO:

Compreende os valores a pagar aos fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais do Município, consignando os débitos reconhecidos por competência, inclusive os valores parcelados e as decisões judiciais.

Ao final do exercício ficou em restos a pagar o valor de R\$ 961.853,30 (Novecentos e sessenta e um mil, oitocentos e cinquenta e três reais e trinta centavos), relativo a fornecedores e contas a pagar.

Detalhamento das Obrigações com Fornecedores e Contas a Pagar

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Fornecedores Nacionais	961.853,30	F
Total Atributo Financeiro	961.853,30	
Fornecedores Nacionais		
Total Atributo Permanente	-	

Nota 13) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO:

As demais obrigações a curto totalizam R\$ 1.702.919,11 (Um milhão, setecentos e dois mil, novecentos e dezenove reais e onze centavos). O detalhamento das Consignações e Depósitos não judiciais encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.



Detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Consignações	1.702.919,11	F
Depósitos Não Judiciais		
Indenizações e Restituições		
Subvenções a Pagar	-	
Outras Consignações		
Total com Atributo Financeiro	1.702.919,11	

Nota 14) PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

As obrigações de longo prazo ao final do exercício somam R\$ 44.895,44 (Quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco reais e quarenta e quatro centavos), decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo e provisões a longo prazo.

Nota 15) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO:

O montante de R\$ 0,00 (Zero real) compreende os parcelamentos de dívidas e outros compromissos existentes, conforme valores representados na tabela:

Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de Longo Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Precatórios		
Contribuições ao Regime Próprio de Previdência - RPPS		
Débito Parcelado - INSS		
Total com Atributo Financeiro	-	

Nota 16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO):



O valor evidenciado no balanço para os empréstimos e financiamentos de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 17) OBRIGAÇÕES FISCAIS (LONGO PRAZO):

O valor evidenciado no balanço para as obrigações fiscais de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 44.895,44 (Quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

Nota 18) PROVISÕES A LONGO PRAZO (NBC T SP 03 – Item 97 a 98):

As provisões totalizaram R\$ 0,00 (Zero real), e são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS. Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 (Zero real) conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas.

Nota 19) PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

O patrimônio líquido do Fundo compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, sendo segregado em patrimônio social, aquele pertencente às unidades da administração direta, autarquias, fundações, fundos e Câmara Municipal; capital social, aquele subscrito pelas empresas dependentes; reservas e os resultados acumulados.

O patrimônio líquido da entidade perfez ao final do exercício o valor de R\$ 3.282.089,46 (Três milhões, duzentos e oitenta e dois mil, oitenta e nove reais e quarenta e três centavos). O Resultado do exercício foi R\$ 3.217.634,46 (Três milhões, duzentos e dezessete mil, seiscentos e trinta e quatro reais e quarenta e seis centavos) superavitário. Este resultado foi impactado pela constituição de provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 (Zero real) conforme Cálculo Atuarial que consta desta prestação de contas. O Município de Amaraji não possui empresa pública ou sociedade de economia mista, por este motivo não há registro de valores nas contas de Capital Social. As autarquias também



não possuem registro de Capital Social.

Detalhamento do Patrimônio Líquido

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	64.455,00	
Resultado do Exercício	3.217.634,46	
Ajuste de Exercícios Anteriores		
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	3.282.089,46	

Nota 20) ATIVO FINANCEIRO:

O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 2.429.373,48 (Dois milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, trezentos e setenta e três reais quarenta e oito centavos).

Nota 21) ATIVO PERMANENTE:

O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 3.996.739,41 (Três milhões, novecentos e noventa e seis mil, setecentos e trinta e nove reais e quarenta e um centavos).

Nota 22) PASSIVO FINANCEIRO:

O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução



orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros.

O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 3.099.128,00 (Três milhões, noventa e nove mil, cento e vinte e oito reais), somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 260.329,55 (Duzentos e sessenta mil, trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos), perfazem o total de R\$ 3.359.457,55 (Três milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos).

Nota 23) PASSIVO PERMANENTE:

Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 44.895,44 (Quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

Nota 24) SALDO PATRIMONIAL:

O total do saldo patrimonial do exercício foi R\$ 3.021.759,91 (Três milhões, vinte e um mil, setecentos e cinquenta e nove reais e noventa e um centavos), superavitário.

Nota 25) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO ATIVO:

O valor do saldo dos atos potenciais ativos refere-se aos Direitos conveniados e outros instrumentos congêneres e dos Direitos contratuais a executar foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

Nota 26) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO:



O valor do saldo dos atos potenciais passivos refere-se as Obrigações conveniados e outros instrumentos congêneres e das Obrigações contratuais a executar foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

Nota 27) QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64):

O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 930.084,06 (Novecentos e trinta mil, oitenta e quatro reais e seis centavos), deficitário que poderá servir de abertura de créditos suplementares para o exercício seguinte.

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros.

Quanto ao gerenciamento da aplicação das fontes/destinação de recursos, cabe aos ordenadores de despesa, seguir o controle por fonte de recursos existente e na programação financeira, evitando o comprometimento de fontes de recursos.

Ao setor contábil, cabe o registro dos atos e fatos realizados no período representando em suas demonstrações o que de fato ocorreu com o gerenciamento das fontes feitos pelos gestores.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES



Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

Informações relevantes sobre transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso



de caixa.

Descrição de ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem significativamente o balanço patrimonial:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível).

No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados.



Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial.

Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos.

O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos.

Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Resolução TCE-PE):

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item da Resolução TCE-PE):

Não houve bens recebidos por doação no exercício.

Transferência de Ativos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item Anexo da Resolução TCE-PE):



Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico deduzidos os valores correspondentes a depreciação e amortização.

Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

Perdas da Dívida Ativa (NBC T SP 03 – item 97 e 98):

Foram reconhecidas perdas da dívida ativa decorrentes de cancelamento R\$ 0,00 (Zero real) e concedido desconto no valor de R\$0,00 (Zero real) conforme demonstrativo do departamento tributário.

Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a



transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário contratado pelo RPPS pelo atuário Túlio Pinheiro destacado acima na avaliação atuarial.

Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 10ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T



SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício.

Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve recebimento de heranças, presentes e doações no exercício.

Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício



PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Adoção de Procedimentos Internos no Sistema Orçamentário	Contador	-	Implantado
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidência dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidência dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidência dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidência da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
TRIBUNAL DE CONTAS				
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	6. Evidência de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos Eventos, evidenciando os saldos dos ativos e passivos	Contador	-	Implantado
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidência dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidência dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidência dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações por competência	Contador	-	Implantado
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações por competência, 13º salário, férias e etc	Contador	-	Implantado
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidência da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidência da provisão atuarial	Contador	-	Implantado
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações com fornecedores	Contador	-	Implantado	
Ação 14. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das demais obrigações por competência.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação das demais obrigações por competência	Contador	-	Implantado	
Ação 15. Reconhecimento, mensuração e evidênciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidênciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado	
Ação 16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução ao valor recuperável.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidênciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado	
Ação 17. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos investimentos permanentes	Contador	-	Implantado	
Ação 18. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos estoques.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Almoxarifado	-	Implantado	
Ação 19. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.					
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Registro Contábil	Demais aspectos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Depto. De Patrimônio	-	Implantado	
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP					
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Contabilização da Receita pelo valor bruto	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Contabilização da receita e despesa com amortização; principal e encargos	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Contabilização de receitas e despesas previdenciárias	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Contabilização do ativo, reconhecimento, encaminhamento e inscrição	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATORIOS					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Contabilização dos principais fatos relacionados aos precatórios	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSORCIOS					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
					Não iniciada
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP					
Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP					
Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023

Pág.: 1



Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesso em: https://eccc.ce.gov.br/gnp/validaDoc.aspx?CodigoDoDocumento=f77fc71d-11eb-4270-b770-71976071a6bd

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE¹		8.890.522,71	0,00	PASSIVO CIRCULANTE¹⁰		1.443.441,32	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA²		8.890.522,71	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E¹¹		4.904,79	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		8.890.522,71	0,00	ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO			
CONTA ÚNICA	F	8.890.522,71	0,00	PESSOAL A PAGAR		4.351,20	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO³		0,00	0,00	PESSOAL A PAGAR	F	4.351,20	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO⁴		0,00	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		553,59	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	553,59	0,00
ESTOQUES⁶		0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO¹²		574.104,85	0,00
ATIVO BIOLÓGICO		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		574.104,85	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F	545.664,85	0,00
				CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	28.440,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE⁷		1.707.229,59	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
IMOBILIZADO⁸		1.707.229,59	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO¹³		864.431,68	0,00
BENS MÓVEIS		67.781,35	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS		864.431,68	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	67.781,35	0,00	CONSIGNAÇÕES	F	864.431,68	0,00
BENS IMÓVEIS		1.829.140,41	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE¹⁴		0,00	0,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	1.829.140,41	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E¹⁵		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-189.692,17	0,00	ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO			
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-6.778,13	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO¹⁶		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-182.914,04	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
INTANGÍVEL⁹		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO¹⁷		0,00	0,00
DIFERIDO		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
TOTAL		10.597.752,30	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO¹⁸		0,00	0,00
				DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
				RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
				TOTAL PASSIVO		1.443.441,32	0,00
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO¹⁹		9.154.310,98	0,00				

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)



Orçamento Programa - Exercício de 2023

Pág.: 2

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
				ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00
				AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00
				DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
				RESULTADOS ACUMULADOS		9.154.310,98	0,00
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		9.154.310,98	0,00
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		9.154.310,98	0,00
				(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.154.310,98	0,00
				TOTAL		10.597.752,30	0,00

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesso em: https://etec.tee.pe.gov.br/gpp/vaidadDoc/seamCodigo do documento: f17fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023



Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO 20		8.890.522,71	0,00	PASSIVO FINANCEIRO (1.443.441,32)+RP não Proc.(2.141.319,70) 22		3.584.761,02	0,00
ATIVO PERMANENTE 21		1.707.229,59	0,00	PASSIVO PERMANENTE 23		0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL 24		7.012.991,28	0,00

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f77fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023



Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO²⁵		20.388,45	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO²⁶		0,00	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		20.388,45	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		0,00	0,00
DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		20.388,45	0,00	TOTAL		0,00	0,00

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/gpp/validaDoc.aspx?Codigo=documento: f17fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd>



FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Orçamento Programa - Exercício de 2023

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		8.890.522,71	0,00	PASSIVO CIRCULANTE		1.443.441,32	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		8.890.522,71	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI		4.904,79	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		8.890.522,71	0,00	PESSOAL A PAGAR		4.351,20	0,00
CONTA ÚNICA		8.890.522,71	0,00	PESSOAL A PAGAR		4.351,20	0,00
TOTAL		8.890.522,71	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		553,59	0,00
				CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)		553,59	0,00
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		574.104,85	0,00
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		574.104,85	0,00
				FORNECEDORES NACIONAIS		545.664,85	0,00
				CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS		28.440,00	0,00
				DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		864.431,68	0,00
				VALORES RESTITUÍVEIS		864.431,68	0,00
				CONSIGNAÇÕES		864.431,68	0,00
				EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR		2.141.319,70	0,00
				EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		2.141.319,70	0,00
				RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		2.141.319,70	0,00
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		2.141.319,70	0,00
				TOTAL		3.584.761,02	0,00

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://portal.pmpa.gov.br/epm/validarDocumento.aspx?CodigoDocumento: f77fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd>
Pág.:



FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Orçamento Programa - Exercício de 2023

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.707.229,59	0,00				
IMOBILIZADO		1.707.229,59	0,00				
BENS MÓVEIS		67.781,35	0,00				
DEMAIS BENS MÓVEIS		67.781,35	0,00				
BENS IMÓVEIS		1.829.140,41	0,00				
DEMAIS BENS IMÓVEIS		1.829.140,41	0,00				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-189.692,17	0,00				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-6.778,13	0,00				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		-182.914,04	0,00				
TOTAL		1.707.229,59	0,00				

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://portal.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f17fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

Orçamento Programa - Exercício de 2023

Pág.: 1

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX) 27		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	26.460.811,43	23.810.127,81
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	4.304.382,19	0,00
25010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos de Exercícios Anteriores)	-1.657.782,74	0,00
01	VINCULADO	-21.155.049,74	0,00
15001001	Recursos de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (Recursos do Exercício Corrente)	-110.478,34	0,00
15410000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - FUNDEB 30% (Demais Despesas da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	1.015.918,30	0,00
15430000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR (Recursos do Exercício Corrente)	-307.542,40	0,00
15520000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Recursos do Exercício Corrente)	-19.595,00	0,00
15530000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) (Recursos do Exercício Corrente)	-134.007,48	0,00
15690000	Outras Transferências de Recursos do FNDE (Recursos do Exercício Corrente)	-12.635.929,47	0,00
15990000	Outros Recursos Vinculados à Educação (Recursos do Exercício Corrente)	-20.238,66	0,00
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	-6.779.824,48	0,00
18980000	Recursos não classificados – a classificar (Recursos do Exercício Corrente)	263.966,65	0,00
18990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	-2.426.667,66	0,00
25430000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR (Recursos de Exercícios Anteriores)	-651,20	0,00
TOTAL		5.305.761,69	23.810.127,81





PREFEITURA MUNICIPAL
AMARAÍ
O futuro em nossas mãos



Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ff7fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE AMARAÍ

Balanco Patrimonial Isolado

Demonstração Contábil Isolada
Resolução, Nº 216/2023

2023



NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL ISOLADO

Conforme Anexo da Resolução 216/2023

O Balanço Patrimonial do Fundo Municipal de Educação de Amaraji foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012. As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial do Fundo Municipal de Educação, é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro por fonte de recurso.

O Fundo Municipal de Educação concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 103-31 "Órgão Público do Poder Executivo Municipal" possui como atividade principal "Administração Pública em geral".

Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço



público e infraestrutura urbana.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Bases de mensuração utilizadas:

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para "Financeiro", e (P), para "Permanente", conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes



de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extra orçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro.

Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).

O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXX)		Nota	
00	ORDINÁRIO	26.468.811,43	23.818.127,81
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	4.394.382,19	0,00
25010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos de Exercícios Anteriores)	-1.657.782,74	0,00
01	VINCULADO	-21.155.049,74	8,80
15001001	Recursos de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (Recursos do Exercício Corrente)	-110.478,34	0,00
15410000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - FUNDEB 30% (Demais Despesas da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	1.015.918,30	0,00
15430000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF (Recursos do Exercício Corrente)	-307.542,40	0,00
15520000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Recursos do Exercício Corrente)	-19.595,00	0,00
15530000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	-134.007,48	0,00
15690000	Outras Transferências de Recursos do FNDE (Recursos do Exercício Corrente)	-12.635.929,47	0,00
15990000	Outros Recursos Vinculados à Educação (Recursos do Exercício Corrente)	-20.238,66	0,00
18690000	Outros recursos extraordinários (Recursos do Exercício Corrente)	-6.779.324,48	0,00
18990000	Recursos não classificados - a classificar (Recursos do Exercício Corrente)	263.966,65	0,00
18990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos de Exercícios Anteriores)	-2.426.667,66	0,00
25430000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF (Recursos de Exercícios Anteriores)	-651,20	0,00
TOTAL		5.305.764,69	23.818.127,81

Em atendimento a Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TCE-PE, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intra orçamentária.

Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extra orçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.



Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.

A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).

As contas intituladas no grupo "Caixa e equivalentes de caixa" são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

As contas intituladas no grupo "Créditos e valores a curto prazo" são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

O ajuste para perdas dos "Créditos tributários" foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa lançado em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

As contas intituladas no grupo "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

As contas intituladas "Estoques", são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.



As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se o seguinte critério: pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício;

Em atendimento as exigências previstas na Portaria MPS, as contas classificadas como “Provisões Matemáticas Previdenciárias”, foram classificadas no PCASP em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPC nº 14, dentre os quais a mensuração a valor presente.

Estes registros intitulados de “passivos atuariais”, referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), foram classificados no Passivo Não



Circulante, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário contratado pelo RPPS.

Estas informações foram extraídas do cálculo atuarial do exercício de 2023, seguindo os critérios destacados das referências cruzadas do Passivo Não Circulante constante nesta nota explicativa.

Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Créditos a Curto Prazo Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.



Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.



Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a



nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.



Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. Ações / Cotas em Tesouraria Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de



autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento.

Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contra garantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os



saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e



Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação Contábil da STN.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as “provisões matemáticas previdenciárias”

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentário adotado pelo Fundo Municipal de Educação é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2023.

As entidades abrangidas.

A entidade pública abrangida pela Demonstração é o Fundo



Municipal de Educação de Amaraji.

Referências Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 8.890.522,71 (Oito milhões, oitocentos e noventa mil, quinhentos e vinte e dois reais e setenta e um centavos), compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo e estoques.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas ao final do exercício somam R\$ 8.890.522,71 (Oito milhões, oitocentos e noventa mil, quinhentos e vinte e dois reais e setenta e um centavos).

Quadro de Detalhamento das Disponibilidades

Especificação	Saldo em 31/12/2023
Conta Única	8.890.522,71
Conta RPPS	
Outras Contas	
Aplicações Financeiras	
Depositos Restituíveis e Valores Vinculados	
Total	8.890.522,71

Além das informações seguintes, apostas de forma resumida, importante mencionar que fazem parte da prestação de contas consolidada os cadernos e relatórios de conciliação bancária, que detalham os valores financeiros registrados contabilmente.

Esse relatório teve sua construção e análise fundamentadas nos seguintes documentos:

O relatório Boletim de Caixa – produzido pela Tesouraria Municipal - que nos traz os saldos de acordo com a classificação contábil das contas: Banco do



Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Santander, Aplicação Financeira e Conta Arrecadação BB; Contas RPPS e demais contas.

Importante esclarecer que foram registrados como caixa e equivalente de caixa apenas dos valores em espécie e aquelas aplicações financeiras de curtíssimo prazo, com possibilidade de resgate para conversão em espécie.

Ao final do exercício de 2023, nenhuma das contas movimentadas pelo Poder executivo possuía pendências não resolvidas, sendo demonstrado nos relatórios contábeis o exato montante dos saldos financeiros.

Conta Única – RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). As disponibilidades do RPPS encontram-se demonstradas de forma individualizada na unidade orçamentária.

Outras Contas Movimento

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais e contratuais.

Esses recursos correspondem majoritariamente àqueles recebidos diretamente pelos fundos e entidades da administração indireta e representam, em sua maior parte, recursos com vinculação definida.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos, que estão aplicados no mercado financeiro. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios, contratos e operações de crédito) são aplicados de acordo com as determinações específicas das unidades concedentes.

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

Os créditos a curto prazo estão descritos nas seguintes contas contábeis abaixo:

Nesse grupo de contas estão contabilizados, respeitado o regime de competência, os créditos tributários a receber originários de variações



patrimoniais aumentativas tributárias e de contribuições, com expectativa de realização até 31.12.2023 e em exercícios seguintes (créditos parcelados não inscritos em dívida ativa), conforme demonstrado na tabela seguinte:

Descrição da Conta	Valor
Créditos de Outras Transferências	
Clientes	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
Dívida Ativa Tributária (*)	
Dívida Ativa Não Tributária (*)	
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Tributária	
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	
(-) Perdas estimadas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
(-) Perdas estimadas em Clientes	
Total	-

* Foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária com base na expectativa de recebimento do estoque da dívida até 12 meses na proporção de 20%, restando seu saldo residual no ativo não circulante, seguindo os critérios já definidos nesta nota.

Não houve créditos a curto prazo na entidade no exercício de 2023.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 20%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:



Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2023 segrega os créditos inscritos em dívida ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.



Nota 4) **DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:**

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Adiantamentos Concedidos		P
Créditos Previdenciários a Curto Prazo		P
Outros Créditos a Receber a Curto Prazo		P
Total Atributo Permanente	-	
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo		F
Créditos a receber por reembolso de salario familia e maternidade pago		F
Total Atributo Financeiro	-	

Adiantamentos Concedidos

Esta conta registra os valores de adiantamentos concedidos a pessoal referentes a 1/3 de férias. O saldo em 31.12.2023 é composto por valores adiantados pelas empresas estatais dependentes a seus funcionários.

Créditos Previdenciários a Curto Prazo

Essa conta registra os valores de Créditos Previdenciários a Curto Prazo.

Outros Créditos a Receber a Curto Prazo

Compreende os valores de depósitos e cauções em espécie efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo e em longo prazo, também compreendem créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, apresentando a seguinte composição analítica em 31.12.2023.

A Conta Especial de Precatórios, com saldo em 31.12.2023 de R\$ 0,00 (Zero real), representa os valores transferidos pelo Município ao Poder Judiciário para quitação de precatórios, cujo pagamento aos beneficiários ainda não foi



efetuado pelo Tribunal de Justiça – TJ.

Nota 5) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO:

O valor evidenciado no total de R\$ 0,00 (Zero real), compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 6) ESTOQUE (NBC T SP 04 – Item 47):

O saldo do estoque ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real). Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

Nota 7) ATIVO NÃO CIRCULANTE:

Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, demais créditos e valores a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 1.707.229,59 (Um milhão, setecentos e sete mil, duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e nove centavos).

Nota 8) IMOBILIZADO:

O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 1.707.229,59 (Um milhão, setecentos e sete mil, duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e nove centavos). Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

O Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável está em processo de adequação pela Diretoria de Patrimônio, havendo evolução metodológica com relação ao percentual de depreciação e exaustão na proporção de 10%.

Não houve perda de bens por inservibilidade.



Detalhamento do Imobilizado

Descrição da Conta	Valor
Bens Móveis	67.781,35
(-) Depreciação de Bens Móveis	6.778,13
Total Ajustado dos Bens Móveis	61.003,22
Bens Imóveis	1.829.140,41
(-) Amortização de Bens Imóveis	182.914,04
Total Ajustado dos Bens Imóveis	1.646.226,37
Total Liquido	1.707.229,59

Nota 9) INTANGÍVEL:

O valor do Intangível totalizou R\$ 0,00 (Zero real). O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.

Nota 10) PASSIVO CIRCULANTE:

As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 1.443.441,32 (Um milhão, quatrocentos e quarenta e três mil, quatrocentos e quarenta e um reais e trinta e dois centavos).

Nota 11) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:

Grupo de contas do passivo circulante, que compreende obrigações do Município decorrentes de relação trabalhista, especialmente aquelas com vencimento posterior à data de encerramento do exercício.

São apropriados por competência os valores devidos de férias e 13º salário, além dos tributos relacionados a essas verbas.



O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final do exercício foi de R\$ 4.904,79 (Quatro mil, novecentos e quatro reais e setenta e nove centavos).

Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	4.351,20	F
Benefícios Assistenciais a Pagar		
Encargos Sociais a Pagar	553,59	F
Total	4.904,79	

Nota 12) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO:

Compreende os valores a pagar aos fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais do Município, consignando os débitos reconhecidos por competência, inclusive os valores parcelados e as decisões judiciais.

Ao final do exercício ficou em restos a pagar o valor de R\$ 574.104,85 (Quinhentos e setenta e quatro mil, cento e quatro reais e oitenta e cinco centavos), relativo a fornecedores e contas a pagar.

Detalhamento das Obrigações com Fornecedores e Contas a Pagar

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Fornecedores Nacionais	574.104,85	F
Total Atributo Financeiro	574.104,85	
Fornecedores Nacionais		
Total Atributo Permanente	-	

Nota 13) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO:

As demais obrigações a curto totalizam R\$ 864.431,68 (Oitocentos e



sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e um mil, e sessenta e oito centavos). O detalhamento das Consignações e Depósitos não judiciais encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Consignações	864.431,68	F
Depósitos Não Judiciais		
Indenizações e Restituições		
Subvenções a Pagar	-	
Outras Consignações		
Total com Atributo Financeiro	864.431,68	

Nota 14) PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

As obrigações de longo prazo ao final do exercício somam R\$ 0,00 (Zero real), decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo e provisões a longo prazo.

Nota 15) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO:

O montante de R\$ 0,00 (Zero real) compreende os parcelamentos de dívidas e outros compromissos existentes, conforme valores representados na tabela:

Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de Longo Prazo



Descrição da Conta	Valor	Atributo
Precatórios		
Contribuições ao Regime Próprio de Previdência - RPPS		
Débito Parcelado - INSS		
Total com Atributo Financeiro	-	

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ff7fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

Nota 16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO):

O valor evidenciado no balanço para os empréstimos e financiamentos de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 17) OBRIGAÇÕES FISCAIS (LONGO PRAZO):

O valor evidenciado no balanço para as obrigações fiscais de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 18) PROVISÕES A LONGO PRAZO (NBC T SP 03 – Item 97 a 98):

As provisões totalizaram R\$ 0,00 (Zero real), e são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS. Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 (Zero real) conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas.

Nota 19) PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

O patrimônio líquido do Fundo compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, sendo segregado em patrimônio social, aquele pertencente às unidades da administração direta, autarquias, fundações, fundos e Câmara Municipal; capital social, aquele subscrito pelas empresas dependentes; reservas e os resultados acumulados.

O patrimônio líquido da entidade fez ao final do exercício o valor de R\$ 9.154.310,98 (Nove milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e dez reais e noventa e oito centavos). O Resultado do exercício foi R\$ 9.154.310,98 (Nove milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e dez reais e noventa e oito centavos), superavitário. Este resultado foi impactado pela constituição de



provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 (Zero real) conforme Cálculo Atuarial que consta desta prestação de contas. O Município de Amaraji não possui empresa pública ou sociedade de economia mista, por este motivo não há registro de valores nas contas de Capital Social. As autarquias também não possuem registro de Capital Social.

Detalhamento do Patrimônio Líquido

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores		
Resultado do Exercício	9.154.310,98	
Ajuste de Exercícios Anteriores		
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	9.154.310,98	

Nota 20) ATIVO FINANCEIRO:

O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 8.890.522,71 (Oito milhões, oitocentos e noventa mil, quinhentos e vinte e dois reais e setenta e um centavos).

Nota 21) ATIVO PERMANENTE:

O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 1.707.229,59 (Um milhão, setecentos e sete mil, duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e nove centavos).

Nota 22) PASSIVO FINANCEIRO:



O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros.

O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 1.443.441,32 (Um milhão, quatrocentos e quarenta e três mil, quatrocentos e quarenta e um reais e trinta e dois centavos), somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 2.141.319,70 (Dois milhões, cento e quarenta e um mil, trezentos e dezenove reais e setenta centavos), perfazem o total de R\$ 3.584.761,02 (Três milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, setecentos e sessenta e um reais e dois centavos).

Nota 23) PASSIVO PERMANENTE:

Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 24) SALDO PATRIMONIAL:

O total do saldo patrimonial do exercício foi R\$ 7.012.991,28 (Sete milhões, doze mil, novecentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos), superavitário.

Nota 25) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO ATIVO:

O valor do saldo dos atos potenciais ativos refere-se aos Direitos conveniados e outros instrumentos congêneres e dos Direitos contratuais a executar foi de R\$ 20.388,45 (Vinte mil, trezentos e oitenta e oito reais e quarenta e cinco centavos).

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.



Nota 26) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO:

O valor do saldo dos atos potenciais passivos refere-se as Obrigações conveniados e outros instrumentos congêneres e das Obrigações contratuais a executar foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

Nota 27) QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64):

O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 5.305.761,69 (Cinco milhões, trezentos e cinco reais, setecentos e sessenta e um reais e sessenta e nove centavos), superavitário que poderá servir de abertura de créditos suplementares para o exercício seguinte.

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros.

Quanto ao gerenciamento da aplicação das fontes/destinação de recursos, cabe aos ordenadores de despesa, seguir o controle por fonte de recursos existente e na programação financeira, evitando o comprometimento de fontes de recursos.

Ao setor contábil, cabe o registro dos atos e fatos realizados no período representando em suas demonstrações o que de fato ocorreu com o gerenciamento das fontes feitos pelos gestores.



OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

Informações relevantes sobre transações de investimentos e



financiamentos que não envolvem o uso de caixa:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

Descrição de ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem significativamente o balanço patrimonial:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extra orçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível).

No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais



obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados.

Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial.

Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos.

O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos.

Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Resolução TCE-PE):

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item da Resolução TCE-PE):

Não houve bens recebidos por doação no exercício.

Transferência de Ativos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.



Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item Anexo da Resolução TCE-PE):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico deduzidos os valores correspondentes a depreciação e amortização.

Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

Perdas da Dívida Ativa (NBC T SP 03 – item 97 e 98):

Foram reconhecidas perdas da dívida ativa decorrentes de cancelamento R\$ 0,00 (Zero real) e concedido desconto no valor de R\$0,00 (Zero real) conforme demonstrativo do departamento tributário.



Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário contratado pelo RPPS pelo atuário Túlio Pinheiro destacado acima na avaliação atuarial.

Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 10ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):



Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício.

Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve recebimento de heranças, presentes e doações no exercício.

Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):



Não houve teste de imparidade durante o exercício

PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subsistema	Adoção de Procedimentos Internos no Sistema Orçamentário	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subsistema	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subsistema	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subsistema	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subsistema				
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
TRIBUNAL DE CONTAS				
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subsistema	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subsistema	Contabilização dos Eventos, evidenciando os saldos dos ativos e passivos	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subsistema	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Registro Patrimonial e Contábil				
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subsistema	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Registro Patrimonial e Contábil				
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subsistema				
Registro Patrimonial e Contábil				



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação 10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência	Contador	-	Implantado
Ação 11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, 13º salário, férias e etc	Contador	-	Implantado
Ação 12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial	Contador	-	Implantado
Ação 13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores	Contador	-	Implantado
Ação 14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência	Contador	-	Implantado
Ação 15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação 16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação 17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes	Contador	-	Implantado
Ação 18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Almoxarifado	-	Implantado
Ação 19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demais aspectos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Depto. De Patrimônio	-	Implantado
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da Receita pelo valor bruto	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da receita e despesa com amortização; principal e encargos	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização de receitas e despesas previdenciárias	Contador	-	Implantado
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Registro Contábil	Contabilização do ativo, reconhecimento, encaminhamento e inscrição	Contador	-	Implantado
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATORIOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos principais fatos relacionados aos precatórios	Contador	-	Implantado
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSORCIOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
				Não iniciada
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação				
Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação				
Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNDECA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023

Pág.: 1

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNDECA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE 1		0,00	0,00	PASSIVO CIRCULANTE 10		6.669,24	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 2		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E 11		0,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		0,00	0,00	ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO			
CAIXA	F	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO 3		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO 12		6.669,24	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO 4		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		6.669,24	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO 5		0,00	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F	6.669,24	0,00
ESTOQUES 6		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO BIOLÓGICO		0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS		0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO 13		0,00	0,00
ANTECIPADAMENTE				PASSIVO NÃO-CIRCULANTE 14		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE 7		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E 15		0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		0,00	0,00	ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO			
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO 16		0,00	0,00
IMOBILIZADO 8		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
INTANGÍVEL 9		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO 17		0,00	0,00
DIFERIDO		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO 18		0,00	0,00
				DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
				RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
				TOTAL PASSIVO		6.669,24	0,00
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO 19		-6.669,24	0,00
				PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
				ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00
				AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00



Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesso em: https://eccc.ce.gov.br/ep/validaDoc.aspx?CodigoDoDocumento=f77fc71d-11feb-4270-b70-71976071a6bd

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNDECA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023



Pág.: 2

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNDECA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
				RESULTADOS ACUMULADOS		-6.669,24	0,00
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		-6.669,24	0,00
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		-6.669,24	0,00
				(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-6.669,24	0,00
				TOTAL		0,00	0,00

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesso em: https://etec.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: f17fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNDECA

BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023



Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO 20		0,00	0,00	PASSIVO FINANCEIRO (6.669,24)+RP não Proc.(0,00) 22		6.669,24	0,00
ATIVO PERMANENTE 21		0,00	0,00	PASSIVO PERMANENTE 23		0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL 24		-6.669,24	0,00

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f17fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNDECA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023



Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO²⁵		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO²⁶		0,00	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		0,00	0,00
DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		0,00	0,00

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/gpp/validaDoc.seam> Código do documento: f17fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNDECA

ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Orçamento Programa - Exercício de 2023

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNDECA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				PASSIVO CIRCULANTE		6.669,24	0,00
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		6.669,24	0,00
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		6.669,24	0,00
				FORNECEDORES NACIONAIS		6.669,24	0,00
				TOTAL		6.669,24	0,00



Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://portal.prf.gov.br/epj/validaDoc.seam> Código do documento: f17f1d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

Pág.:

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNDECA
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL

Orçamento Programa - Exercício de 2023

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNDECA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior



Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://portal.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f77fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

Pág.:

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNDECA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2023)

Pág.: 1

Orçamento Programa - Exercício de 2023

ISOLADO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNDECA

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX) 27		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	-6.669,24	0,00
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	-6.669,24	0,00
TOTAL		-6.669,24	0,00





Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://eicetce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ff7fc71d-11e6-4270-bf70-7f976071a6bd

**FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA
DOS DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE AMARAÍ**
Estado de Pernambuco

Balanco Patrimonial Isolado

Demonstração Contábil Isolada

Resolução, Nº 216/2023

2023



NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL ISOLADO

Conforme Anexo da Resolução 216/2023

O Balanço Patrimonial do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Amaraji foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012. As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro por fonte de recurso.

O Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 "Fundo Público da Administração Direta Municipal" possui como atividade principal "Serviços de Assistência Social sem



Alojamento”.

Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Bases de mensuração utilizadas:

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”,



e (P), para "Permanente", conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extra orçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro.

Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).

O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXX)		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	-4.669,24	0,00
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	-4.669,24	0,00
TOTAL		-4.669,24	0,00

Em atendimento a Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TCE-PE, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intra orçamentária.

Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extra orçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da



alienação de ativos ou pagamento de passivos.

A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).

As contas intituladas no grupo "Caixa e equivalentes de caixa" são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

As contas intituladas no grupo "Créditos e valores a curto prazo" são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

O ajuste para perdas dos "Créditos tributários" foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa lançado em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

As contas intituladas no grupo "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

As contas intituladas "Estoques", são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

As contas intituladas no grupo "Imobilizado" foram reconhecidas



inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

As contas classificadas no grupo "Intangível", foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

As contas classificadas no grupo "Empréstimos e financiamentos", foram avaliadas observando-se o seguinte critério: pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício;

Em atendimento as exigências previstas na Portaria MPS, as contas classificadas como "Provisões Matemáticas Previdenciárias", foram classificadas no PCASP em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPC nº 14, dentre os quais a mensuração a valor presente.

Estes registros intitulados de "passivos atuariais", referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), foram classificados no Passivo Não Circulante, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário contratado



pelo RPPS.

Estas informações foram extraídas do cálculo atuarial do exercício de 2023, seguindo os critérios destacados das referências cruzadas do Passivo Não Circulante constante nesta nota explicativa.

Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Créditos a Curto Prazo Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas



Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar



a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.



Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido



Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. Ações / Cotas em Tesouraria Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.



Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento.

Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contra garantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles



vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação



Contábil da STN.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as “provisões matemáticas previdenciárias”

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentário adotado pelo Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2023.

As entidades abrangidas.

A entidade pública abrangida pela Demonstração é o Fundo



Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Referências Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 0,00 (Zero real), compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo e estoques.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas ao final do exercício somam R\$ 0,00 (Zero real).

Quadro de Detalhamento das Disponibilidades

Especificação	Saldo em 31/12/2023
Conta Única	
Conta RPPS	
Outras Contas	
Aplicações Financeiras	
Depositos Restituíveis e Valores Vinculados	
Total	-

Além das informações seguintes, apostas de forma resumida, importante mencionar que fazem parte da prestação de contas consolidada os cadernos e relatórios de conciliação bancária, que detalham os valores financeiros registrados contabilmente.

Esse relatório teve sua construção e análise fundamentadas nos seguintes documentos:

O relatório Boletim de Caixa – produzido pela Tesouraria Municipal - que nos traz os saldos de acordo com a classificação contábil das contas: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Santander, Aplicação Financeira e Conta Arrecadação BB; Contas RPPS e demais contas.

Importante esclarecer que foram registrados como caixa e equivalente de caixa apenas dos valores em espécie e aquelas aplicações financeiras de



curtíssimo prazo, com possibilidade de resgate para conversão em espécie.

Ao final do exercício de 2023, nenhuma das contas movimentadas pelo Poder executivo possuía pendências não resolvidas, sendo demonstrado nos relatórios contábeis o exato montante dos saldos financeiros.

Conta Única – RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). As disponibilidades do RPPS encontram-se demonstradas de forma individualizada na unidade orçamentária.

Outras Contas Movimento

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais e contratuais.

Esses recursos correspondem majoritariamente àqueles recebidos diretamente pelos fundos e entidades da administração indireta e representam, em sua maior parte, recursos com vinculação definida.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos, que estão aplicados no mercado financeiro. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios, contratos e operações de crédito) são aplicados de acordo com as determinações específicas das unidades concedentes.

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

Os créditos a curto prazo estão descritos nas seguintes contas contábeis abaixo:

Nesse grupo de contas estão contabilizados, respeitado o regime de competência, os créditos tributários a receber originários de variações patrimoniais aumentativas tributárias e de contribuições, com expectativa de realização até 31.12.2023 e em exercícios seguintes (créditos parcelados não inscritos em dívida ativa), conforme demonstrado na tabela seguinte:



Descrição da Conta	Valor
Cientes	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
Divida Ativa Tributária (*)	
Divida Ativa Não Tributária (*)	
(-) Perdas estimadas em Créditos de Divida Ativa Tributária	
(-) Perdas estimadas em Créditos de Divida Ativa Não Tributária	
(-) Perdas estimadas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
(-) Perdas estimadas em Clientes	
Total	-

* Foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária com base na expectativa de recebimento do estoque da dívida até 12 meses na proporção de 20%, restando seu saldo residual no ativo não circulante, seguindo os critérios já definidos nesta nota.

Não houve registro de créditos a curto prazo registrados na entidade no exercício de 2023.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 20%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%



O Balanço Patrimonial de 2023 segrega os créditos inscritos em dívida ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.

Nota 4) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:



Descrição da Conta	Valor	Atributo
Adiantamentos Concedidos		P
Créditos Previdenciários a Curto Prazo		P
Outros Créditos a Receber a Curto Prazo		P
Total Atributo Permanente	-	
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo		F
Créditos a receber por reembolso de salário família e maternidade pago		F
Total Atributo Financeiro	-	

Adiantamentos Concedidos

Esta conta registra os valores de adiantamentos concedidos a pessoal referentes a 1/3 de férias. O saldo em 31.12.2023 é composto por valores adiantados pelas empresas estatais dependentes a seus funcionários.

Créditos Previdenciários a Curto Prazo

Essa conta registra os valores de Créditos Previdenciários a Curto Prazo.

Outros Créditos a Receber a Curto Prazo

Compreende os valores de depósitos e cauções em espécie efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo e em longo prazo, também compreendem créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, apresentando a seguinte composição analítica em 31.12.2023.

A Conta Especial de Precatórios, com saldo em 31.12.2023 de R\$ 0,00 (Zero real), representa os valores transferidos pelo Município ao Poder Judiciário para quitação de precatórios, cujo pagamento aos beneficiários ainda não foi efetuado pelo Tribunal de Justiça – TJ.



Nota 5) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO:

O valor evidenciado no total de R\$ 0,00 (Zero real), compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 6) ESTOQUE (NBC T SP 04 – Item 47):

O saldo do estoque ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real). Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

Nota 7) ATIVO NÃO CIRCULANTE:

Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, demais créditos e valores a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 8) IMOBILIZADO:

O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 0,00 (Zero real). Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

O Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável está em processo de adequação pela Diretoria de Patrimônio, havendo evolução metodológica com relação ao percentual de depreciação e exaustão na proporção de 10%.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

Detalhamento do Imobilizado



Descrição da Conta	Valor
Bens Móveis	
(-) Depreciação de Bens Móveis	
Total Ajustado dos Bens Móveis	-
Bens Imóveis	
(-) Amortização de Bens Imóveis	
Total Ajustado dos Bens Imóveis	-
Total Liquido	-

Nota 9) INTANGÍVEL:

O valor do Intangível totalizou R\$ 0,00 (Zero real). O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.

Nota 10) PASSIVO CIRCULANTE:

As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 6.669,24 (Seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos).

Nota 11) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:

Grupo de contas do passivo circulante, que compreende obrigações do Município decorrentes de relação trabalhista, especialmente aquelas com vencimento posterior à data de encerramento do exercício.

São apropriados por competência os valores devidos de férias e 13º salário, além dos tributos relacionados a essas verbas.

O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).



Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar		
Benefícios Assistenciais a Pagar		
Encargos Sociais a Pagar		
Total	-	

Nota 12) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO:

Compreende os valores a pagar aos fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais do Município, consignando os débitos reconhecidos por competência, inclusive os valores parcelados e as decisões judiciais.

Ao final do exercício ficou em restos a pagar o valor de R\$ 6.669,24 (Seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos), relativo a fornecedores e contas a pagar.

Detalhamento das Obrigações com Fornecedores e Contas a Pagar

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Fornecedores Nacionais	6.669,24	
Total Atributo Financeiro	6.669,24	
Fornecedores Nacionais		
Total Atributo Permanente	-	

Nota 13) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO:

As demais obrigações a curto totalizam R\$ 0,00 (Zero real). O detalhamento das Consignações e Depósitos não judiciais encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.



Detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Consignações		F
Depósitos Não Judiciais		
Indenizações e Restituições		
Subvenções a Pagar	-	
Outras Consignações		
Total com Atributo Financeiro	-	

Nota 14) PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

As obrigações de longo prazo ao final do exercício somam R\$ 0,00 (Zero real), decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo e provisões a longo prazo.

Nota 15) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO:

O montante de R\$ 0,00 (Zero real) compreende os parcelamentos de dívidas e outros compromissos existentes, conforme valores representados na tabela:

Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de Longo Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Precatórios		
Contribuições ao Regime Próprio de Previdência - RPPS		
Débito Parcelado - INSS		
Total com Atributo Financeiro	-	

Nota 16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO):

O valor evidenciado no balanço para os empréstimos e financiamentos de



longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 17) OBRIGAÇÕES FISCAIS (LONGO PRAZO):

O valor evidenciado no balanço para as obrigações fiscais de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 18) PROVISÕES A LONGO PRAZO (NBC T SP 03 – Item 97 a 98):

As provisões totalizaram R\$ 0,00 (Zero real), e são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS. Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 (Zero real) conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas.

Nota 19) PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

O patrimônio líquido do Fundo compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, sendo segregado em patrimônio social, aquele pertencente às unidades da administração direta, autarquias, fundações, fundos e Câmara Municipal; capital social, aquele subscrito pelas empresas dependentes; reservas e os resultados acumulados.

O patrimônio líquido da entidade fez ao final do exercício o valor negativo de R\$ 6.669,24 (Seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos). O Resultado do exercício foi R\$ 6.669,24 (Seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos) deficitário. Este resultado foi impactado pela constituição de provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 (Zero real) conforme Cálculo Atuarial que consta desta prestação de contas. O Município de Amaraji não possui empresa pública ou sociedade de economia mista, por este motivo não há registro de valores nas contas de Capital Social. As autarquias também não possuem registro de Capital Social.

Detalhamento do Patrimônio Líquido



Descrição da Conta	Valor	Atributo
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores		
Resultado do Exercício		
Ajuste de Exercícios Anteriores		
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	-	

Nota 20) ATIVO FINANCEIRO:

O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 21) ATIVO PERMANENTE:

O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 22) PASSIVO FINANCEIRO:

O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros.

O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 6.669,24 (Seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos), somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 0,00 (Zero real) perfazem o total de R\$ 6.669,24 (Seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos).

Nota 23) PASSIVO PERMANENTE:



Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 24) SALDO PATRIMONIAL:

O total do saldo patrimonial do exercício foi R\$ 6.669,24 (Seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos), deficitário.

Nota 25) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO ATIVO:

O valor do saldo dos atos potenciais ativos refere-se aos Direitos conveniados e outros instrumentos congêneres e dos Direitos contratuais a executar foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

Nota 26) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO:

O valor do saldo dos atos potenciais passivos refere-se as Obrigações conveniados e outros instrumentos congêneres e das Obrigações contratuais a executar foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

Nota 27) QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64):

O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 6.669,24 (Seis mil, seiscentos e



sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos), deficitário que poderá servir de abertura de créditos suplementares para o exercício seguinte.

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros.

Quanto ao gerenciamento da aplicação das fontes/destinação de recursos, cabe aos ordenadores de despesa, seguir o controle por fonte de recursos existente e na programação financeira, evitando o comprometimento de fontes de recursos.

Ao setor contábil, cabe o registro dos atos e fatos realizados no período representando em suas demonstrações o que de fato ocorreu com o gerenciamento das fontes feitos pelos gestores.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:



Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

Informações relevantes sobre transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

Descrição de ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem significativamente o balanço patrimonial:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:



Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível).

No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados.

Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial.

Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos.

O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos.

Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta



consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Resolução TCE-PE):

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item da Resolução TCE-PE):

Não houve bens recebidos por doação no exercício.

Transferência de Ativos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item Anexo da Resolução TCE-PE):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico deduzidos os valores correspondentes a depreciação e amortização.



Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

Perdas da Dívida Ativa (NBC T SP 03 – item 97 e 98):

Foram reconhecidas perdas da dívida ativa decorrentes de cancelamento R\$ 0,00 (Zero real) e concedido desconto no valor de R\$0,00 (Zero real) conforme demonstrativo do departamento tributário.

Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):



Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário contratado pelo RPPS pelo atuário Túlio Pinheiro destacado acima na avaliação atuarial.

Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 10ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):



Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício.

Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve recebimento de heranças, presentes e doações no exercício.

Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício

PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Adoção de Procedimentos Internos no Sistema Orçamentário	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação				



TRIBUNAL DE CONTAS

Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos Eventos, evidenciando os saldos dos ativos e passivos	Contador	-	Implantado
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência	Contador	-	Implantado
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, 13º salário, férias e etc	Contador	-	Implantado
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial	Contador	-	Implantado
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores	Contador	-	Implantado
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência	Contador	-	Implantado
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes	Contador	-	Implantado
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Almoxarifado	-	Implantado
Ação 19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demais aspectos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Depto. De Patrimônio	-	Implantado
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da Receita pelo valor bruto	Contador	-	Implantado
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da receita e despesa com amortização; principal e encargos	Contador	-	Implantado
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização de receitas e despesas previdenciárias	Contador	-	Implantado
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização do ativo, reconhecimento, encaminhamento e inscrição	Contador	-	Implantado
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATORIOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos principais fatos relacionados aos precatórios	Contador	-	Implantado
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
				Não iniciada
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado

CÂMARA MUNICIPAL DE AMARAJI
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023

Pág.: 1



Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesso em: https://epec.ice-pe.gov.br/epny/validaDoc.aspx?CodigoDoDocumento=f77fe71d-11eb-427a-b070-7976071a6bd4

ISOLADO: 4 - CÂMARA MUNICIPAL DE AMARAJI

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE 1		71.150,80	177,25	PASSIVO CIRCULANTE 10		32.867,41	10.142,24
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 2		69.379,07	177,25	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E 11		0,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		69.379,07	177,25	ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO			
CONTA ÚNICA	F	69.379,07	177,25	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO 3		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO 12		0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO 4		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO 5		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ESTOQUES 6		1.771,73	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ALMOXARIFADO		1.771,73	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO 13		32.867,41	10.142,24
MATERIAL DE CONSUMO	P	683,12	0,00	VALORES RESTITUIVEIS		32.867,41	10.142,24
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	P	1.088,61	0,00	CONSIGNAÇÕES	F	32.773,24	10.048,07
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	F	94,17	94,17
ATIVO BIOLÓGICO		0,00	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE 14		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E 15		0,00	0,00
ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO			
ATIVO NÃO CIRCULANTE 7		337.160,07	234.829,68	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO 16		0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO 17		0,00	0,00
IMOBILIZADO 8		337.160,07	234.829,68	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO 18		0,00	0,00
BENS MÓVEIS		327.916,21	225.585,82	PROVISÕES A LONGO PRAZO 19		0,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	25.889,68	25.889,68	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS DE INFORMÁTICA	P	4.103,67	4.103,67	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	4.888,00	4.888,00	TOTAL PASSIVO		32.867,41	10.142,24
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	293.034,86	190.704,47				
BENS IMÓVEIS		95.999,07	95.999,07				
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	95.999,07	95.999,07				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-86.755,21	-86.755,21				
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-6.295,19	-6.295,19				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-80.460,02	-80.460,02				
INTANGÍVEL 9		0,00	0,00				
DIFERIDO		0,00	0,00				
TOTAL		408.310,87	235.006,93				

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO 20		375.443,46	224.864,69
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00
RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00

CÂMARA MUNICIPAL DE AMARAJI
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023



Pág.: 2

ISOLADO: 4 - CÂMARA MUNICIPAL DE AMARAJI

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00
				DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
				RESULTADOS ACUMULADOS		375.443,46	224.864,69
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		375.443,46	224.864,69
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		150.578,77	16.998,17
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		224.864,69	207.866,52
				(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		375.443,46	224.864,69
				TOTAL		408.310,87	235.006,93

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesso em: https://etec.tce.pe.gov.br/gpp/v/validaDoc.aspx?CodigoDoDocumento: f77fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

CÂMARA MUNICIPAL DE AMARAJI
BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023



Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO 21		69.379,07	177,25	PASSIVO FINANCEIRO (32.867,41)+RP não Proc.(14.600,00) 23		47.467,41	10.142,24
ATIVO PERMANENTE 22		338.931,80	234.829,68	PASSIVO PERMANENTE 24		0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL 25		360.843,46	224.864,69

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f77fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

CÂMARA MUNICIPAL DE AMARAJI
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023



Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO²⁶		0,00	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		0,00	0,00
DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		0,00	0,00

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/gpp/validaDoc.aspx?Codigo=documento: f17fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd>



CÂMARA MUNICIPAL DE AMARAJI

ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Orçamento Programa - Exercício de 2023

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 4 - CÂMARA MUNICIPAL DE AMARAJI

Pág.:

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		69.379,07	177,25	PASSIVO CIRCULANTE		32.867,41	10.142,24
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		69.379,07	177,25	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		32.867,41	10.142,24
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		69.379,07	177,25	VALORES RESTITUÍVEIS		32.867,41	10.142,24
CONTA ÚNICA		69.379,07	177,25	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		94,17	94,17
TOTAL		69.379,07	177,25	CONSIGNAÇÕES		32.773,24	10.048,07
				EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR		14.600,00	0,00
				EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		14.600,00	0,00
				RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		14.600,00	0,00
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		14.600,00	0,00
				TOTAL		47.467,41	10.142,24

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://portal.ccm.amaraji.br/portal/validarDocumento.aspx?Codigo=documento: f17fc71d-11eb-4270-b170-71976071a6bd>



CÂMARA MUNICIPAL DE AMARAJI

ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Orçamento Programa - Exercício de 2023

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 4 - CÂMARA MUNICIPAL DE AMARAJI

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://portal.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f77fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

Pág.:

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		1.771,73	0,00				
ESTOQUES		1.771,73	0,00				
ALMOXARIFADO		1.771,73	0,00				
MATERIAL DE CONSUMO		683,12	0,00				
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		1.088,61	0,00				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		337.160,07	234.829,68				
IMOBILIZADO		337.160,07	234.829,68				
BENS MÓVEIS		327.916,21	225.585,82				
BENS DE INFORMÁTICA		4.103,67	4.103,67				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		25.889,68	25.889,68				
DEMAIS BENS MÓVEIS		293.034,86	190.704,47				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		4.888,00	4.888,00				
BENS IMÓVEIS		95.999,07	95.999,07				
DEMAIS BENS IMÓVEIS		95.999,07	95.999,07				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-86.755,21	-86.755,21				
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		-6.295,19	-6.295,19				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-80.460,02	-80.460,02				
TOTAL		338.931,80	234.829,68				

CÂMARA MUNICIPAL DE AMARAJI

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 4 - CÂMARA MUNICIPAL DE AMARAJI

Orçamento Programa - Exercício de 2023

Pág.: 1

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX) 27		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	1.384.801,47	644.818,02
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	1.396.736,98	645.268,56
01	VINCULADO	-1.362.889,81	-654.783,01
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	-1.230.907,95	-620.157,19
18980000	Recursos não classificados – a classificar (Recursos do Exercício Corrente)	-115.777,09	-29.500,00
18990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	-16.204,77	-5.125,82
TOTAL		21.911,66	-9.964,99





Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://etecree.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ff7fc71d-11db-4270-bf70-7f976071a6bd

**Câmara Municipal de Amaraji
Estado de Pernambuco**

Balanço Patrimonial Isolado

Demonstração Contábil Isolada
Resolução, N° 216/2023

2023



NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL ISOLADO

Conforme Anexo da Resolução 216/2023

O Balanço Patrimonial da Câmara Municipal de Amaraji foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012. As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial da Câmara Municipal de Amaraji, é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro por fonte de recurso.

A Câmara Municipal de Amaraji concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 106-6 "Órgão Público do Poder Legislativo Municipal" possui como atividade principal "a administração pública geral".

Tem como atividade principal legislar, fazer as leis do Município, cuidar e regular da administração e vistoriar a conduta do município.



Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos. A natureza de suas operações deriva do repasse do duodécimo por parte do Poder Executivo.

Bases de mensuração utilizadas:

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.

A moeda funcional da Câmara é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para "Financeiro", e (P), para "Permanente", conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extra orçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro.



Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).

O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Conta 82111XXXX)		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	1.384.801,47	644.518,02
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	1.296.736,98	645.268,56
01	VINCULADO	-1.262.889,81	-654.783,81
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	-1.230.907,95	-620.157,19
18980000	Recursos não classificados - a classificar (Recursos do Exercício Corrente)	-115.777,99	-29.500,00
18990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	-16.204,77	-5.125,82
TOTAL		21.911,66	-9.964,99

Em atendimento a Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TCE-PE, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intra orçamentária.

Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extra orçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.

A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).



As contas intituladas no grupo "Caixa e equivalentes de caixa" são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

As contas intituladas no grupo "Créditos e valores a curto prazo" são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

O ajuste para perdas dos "Créditos tributários" foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa lançado em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

As contas intituladas no grupo "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

As contas intituladas "Estoques", são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

As contas intituladas no grupo "Imobilizado" foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil



do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

As contas classificadas no grupo "Intangível", foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

As contas classificadas no grupo "Empréstimos e financiamentos", foram avaliadas observando-se o seguinte critério: pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício;

Em atendimento as exigências previstas na Portaria MPS, as contas classificadas como "Provisões Matemáticas Previdenciárias", foram classificadas no PCASP em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPC nº 14, dentre os quais a mensuração a valor presente.

Estes registros intitulados de "passivos atuariais", referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), foram classificados no Passivo Não Circulante, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário contratado pelo RPPS.

Estas informações foram extraídas do cálculo atuarial do exercício de 2023, seguindo os critérios destacados das referências cruzadas do Passivo Não Circulante constante nesta nota explicativa.



Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Créditos a Curto Prazo Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante



Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto



prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais,



inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.



Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. Ações / Cotas em Tesouraria Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo



pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento.

Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contra garantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.



Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação Contábil da STN.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.



Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as "provisões matemáticas previdenciárias"

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentário adotado pela Câmara Municipal de Amaraji é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2023.

As entidades abrangidas.

A entidade pública abrangida pela Demonstração é a Câmara Municipal de Amaraji.

Referências Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados



no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 71.150,80 (Setenta e um mil, cento e cinquenta reais e oitenta centavos), compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo e estoques.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas ao final do exercício somam R\$ 69.379,07 (Sessenta e nove mil, trezentos e setenta e nove reais e sete centavos).

Quadro de Detalhamento das Disponibilidades

Especificação	Saldo em 31/12/2023
Conta Única	69.379,07
Conta RPPS	
Outras Contas	
Aplicações Financeiras	
Depositos Restituíveis e Valores Vinculados	
Total	69.379,07

Além das informações seguintes, apostas de forma resumida, importante mencionar que fazem parte da prestação de contas consolidada os cadernos e relatórios de conciliação bancária, que detalham os valores financeiros registrados contabilmente.

Esse relatório teve sua construção e análise fundamentadas nos seguintes documentos:

O relatório Boletim de Caixa – produzido pela Tesouraria Municipal - que nos traz os saldos de acordo com a classificação contábil das contas: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Santander, Aplicação Financeira e Conta Arrecadação BB; Contas RPPS e demais contas.

Importante esclarecer que foram registrados como caixa e equivalente de caixa apenas dos valores em espécie e aquelas aplicações financeiras de curtíssimo prazo, com possibilidade de resgate para conversão em espécie.

Ao final do exercício de 2023, nenhuma das contas movimentadas pelo Câmara possuía pendências não resolvidas, sendo demonstrado nos relatórios contábeis o exato montante dos saldos financeiros.



Conta Única – RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). As disponibilidades do RPPS encontram-se demonstradas de forma individualizada na unidade orçamentária.

Outras Contas Movimento

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais e contratuais.

Esses recursos correspondem majoritariamente àqueles recebidos diretamente pelos fundos e entidades da administração indireta e representam, em sua maior parte, recursos com vinculação definida.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos, que estão aplicados no mercado financeiro. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios, contratos e operações de crédito) são aplicados de acordo com as determinações específicas das unidades concedentes.

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

Os créditos a curto prazo estão descritos nas seguintes contas contábeis abaixo:

Nesse grupo de contas estão contabilizados, respeitado o regime de competência, os créditos tributários a receber originários de variações patrimoniais aumentativas tributárias e de contribuições, com expectativa de realização até 31.12.2023 e em exercícios seguintes (créditos parcelados não inscritos em dívida ativa), conforme demonstrado na tabela seguinte:



Descrição da Conta	Valor
Clientes	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
Divida Ativa Tributária (*)	
Divida Ativa Não Tributária (*)	
(-) Perdas estimadas em Créditos de Divida Ativa Tributária	
(-) Perdas estimadas em Créditos de Divida Ativa Não Tributária	
(-) Perdas estimadas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
(-) Perdas estimadas em Clientes	
Total	-

*Foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária com base na expectativa de recebimento do estoque da dívida até 12 meses na proporção de 20%, restando seu saldo residual no ativo não circulante, seguindo os critérios já definidos nesta nota.

Não houve registro de créditos a curto prazo na entidade no exercício de 2023.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 20%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2023 segrega os créditos inscritos em dívida



ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.

Nota 4) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:

Não houve registro no balanço de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.



Descrição da Conta	Valor	Atributo
Adiantamentos Concedidos		P
Créditos Previdenciários a Curto Prazo		P
Outros Créditos a Receber a Curto Prazo		P
Total Atributo Permanente	-	
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo		F
Créditos a receber por reembolso de salario familia e maternidade pago		F
Total Atributo Financeiro	-	

Adiantamentos Concedidos

Esta conta registra os valores de adiantamentos concedidos a pessoal referentes a 1/3 de férias. O saldo em 31.12.2023 é composto por valores adiantados pelas empresas estatais dependentes a seus funcionários.

Créditos Previdenciários a Curto Prazo

Essa conta registra os valores de Créditos Previdenciários a Curto Prazo.

Outros Créditos a Receber a Curto Prazo

Compreende os valores de depósitos e cauções em espécie efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo e em longo prazo, também compreendem créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores.

Nota 5) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO:

Não houve registro de investimentos e aplicações temporárias a curto prazo no exercício, essa conta compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das



atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 6) ESTOQUE (NBC T SP 04 – Item 47):

O saldo de estoque ao final do exercício foi de R\$ 1.771,73 (Um mil, setecentos e setenta e um reais e setenta e três centavos). Correspondentes a material de consumo R\$ 683,12 (seiscentos e oitenta e três reais e doze centavos) e gêneros alimentícios R\$ 1.088,61 (Um mil, oitenta e oito reais e sessenta e um centavos).

Nota 7) ATIVO NÃO CIRCULANTE:

Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 337.160,07 (Trezentos e trinta e sete mil, cento e sessenta reais e sete centavos).

Nota 8) IMOBILIZADO:

O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 337.160,07 07 (Trezentos e trinta e sete mil, cento e sessenta reais e sete centavos). Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

O Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável está em processo de adequação pela Diretoria de Patrimônio, havendo evolução metodológica com relação ao percentual de depreciação e exaustão na proporção de 10%.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

Detalhamento do Imobilizado



Descrição da Conta	Valor
Bens Móveis	327.916,21
(-) Depreciação de Bens Móveis	80.460,02
Total Ajustado dos Bens Móveis	247.456,19
Bens Imóveis	95.999,07
(-) Amortização de Bens Imóveis	6.295,19
Total Ajustado dos Bens Imóveis	89.703,88
Total Liquido	337.160,07

Nota 9) INTANGÍVEL:

Não houve registro de intangível no exercício de 2023 da entidade. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.

Nota 10) PASSIVO CIRCULANTE:

As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 32.867,41 (Trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta e um centavos).

Nota 11) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:

Grupo de contas do passivo circulante, que compreende obrigações da Câmara decorrentes de relação trabalhista, especialmente aquelas com vencimento posterior à data de encerramento do exercício.

São apropriados por competência os valores devidos de férias e 13º salário, além dos tributos relacionados a essas verbas.

O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).



Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar		
Benefícios Assistenciais a Pagar		
Encargos Sociais a Pagar		
Total	-	

Nota 12) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO:

Compreende os valores a pagar aos fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais da Câmara, consignando os débitos reconhecidos por competência, inclusive os valores parcelados e as decisões judiciais.

Ao final do exercício ficou em restos a pagar o valor de R\$ 0,00 (Zero real), relativo a fornecedores e contas a pagar.

Detalhamento das Obrigações com Fornecedores e Contas a Pagar

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Fornecedores Nacionais		
Total Atributo Financeiro	-	
Fornecedores Nacionais		
Total Atributo Permanente	-	

Nota 13) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO:

As demais obrigações a curto prazo totalizam R\$ 32.867,41 (Trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta e um centavos). O detalhamento das Consignações e Depósitos não judiciais encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.



Detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Consignações	32.773,24	
Depósitos Não Judiciais		
Indenizações e Restituições		
Subvenções a Pagar	-	
Outras Consignações	94,17	
Total com Atributo Financeiro	32.867,41	

Nota 14) PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

As obrigações de longo prazo ao final do exercício somam R\$ 0,00 (Zero real), decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo e provisões a longo prazo.

Nota 15) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO:

O montante de R\$ 0,00 (Zero real) compreende os parcelamentos de dívidas e outros compromissos existentes, conforme valores representados na tabela:

Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de Longo Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Precatórios		
Contribuições ao Regime Próprio de Previdência - RPPS		
Débito Parcelado - INSS		
Total com Atributo Financeiro	-	

Nota 16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO):

O valor evidenciado no balanço para os empréstimos e financiamentos de



longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 17) OBRIGAÇÕES FISCAIS (LONGO PRAZO):

O valor evidenciado no balanço para as obrigações fiscais de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real) relativo aos parcelamentos

Nota 18) TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO:

O valor evidenciado no balanço para transferências fiscais a longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 19) PROVISÕES A LONGO PRAZO (NBC T SP 03 – Item 97 a 98):

As provisões totalizaram R\$ 0,00 (Zero real), e são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS. Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 (Zero real) conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas.

Nota 20) PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

O patrimônio líquido da Câmara compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, sendo segregado em patrimônio social, aquele pertencente às unidades da administração direta, autarquias, fundações, fundos e Câmara Municipal; capital social, aquele subscrito pelas empresas dependentes; reservas e os resultados acumulados.

O patrimônio líquido da entidade perfez ao final do exercício o valor de R\$ 375.443,46 (Trezentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e três reais e quarenta e seis centavos). O Resultado do exercício foi R\$ 150.578,77 (Cento e cinquenta mil, quinhentos e setenta e oito reais e setenta e sete centavos) superavitário. O Município de Amaraji não possui empresa pública ou sociedade de economia mista, por este motivo não há registro de valores nas



contas de Capital Social. As autarquias também não possuem registro de Capital Social.

Detalhamento do Patrimônio Líquido

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	224.864,69	
Resultado do Exercício	150.578,77	
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	375.443,46	

Nota 21) ATIVO FINANCEIRO:

O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 69.379,07 (Sessenta e nove mil, trezentos e setenta e nove reais e sete centavos).

Nota 22) ATIVO PERMANENTE:

O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 338.931,80 (Trezentos e trinta e oito mil, novecentos e trinta e um reais e oitenta centavos).

Nota 23) PASSIVO FINANCEIRO:

O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução



orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros.

O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 32.867,41 (Trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta e um centavos), somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 14.600,00 (Quatorze mil e seiscentos reais) perfazem o total de R\$ 47.467,41 (Quarenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e quarenta e um centavos).

Nota 24) PASSIVO PERMANENTE:

Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 25) SALDO PATRIMONIAL:

O total do saldo patrimonial do exercício foi R\$ 360.843,46 (Trezentos e sessenta mil, oitocentos e quarenta e três reais e quarenta e três centavos) superavitário.

Nota 26) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO:

O valor do saldo dos atos potenciais passivos refere-se as Obrigações conveniados e outros instrumentos congêneres e das Obrigações contratuais a executar foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

Nota 27) QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64):

O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 21.911,66 (Vinte e um mil, novecentos e onze reais e sessenta e seis centavos), superavitário que poderá



servir de abertura de créditos suplementares para o exercício seguinte.

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros.

Quanto ao gerenciamento da aplicação das fontes/destinação de recursos, cabe aos ordenadores de despesa, seguir o controle por fonte de recursos existente e na programação financeira, evitando o comprometimento de fontes de recursos.

Ao setor contábil, cabe o registro dos atos e fatos realizados no período representando em suas demonstrações o que de fato ocorreu com o gerenciamento das fontes feitos pelos gestores.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:



Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

Informações relevantes sobre transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

Descrição de ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem significativamente o balanço patrimonial:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extra orçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:



Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível).

No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados.

Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial.

Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos.

O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos.

Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta



consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Resolução TCE-PE):

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item da Resolução TCE-PE):

Não houve bens recebidos por doação no exercício.

Transferência de Ativos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item Anexo da Resolução TCE-PE):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico deduzidos os valores correspondentes a depreciação e amortização.



Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

Perdas da Dívida Ativa (NBC T SP 03 – item 97 e 98):

Foram reconhecidas perdas da dívida ativa decorrentes de cancelamento R\$ 0,00 (Zero real) e concedido desconto no valor de R\$ 0,00 (Zero real) conforme demonstrativo do departamento tributário.

Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):



Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário contratado pelo RPPS pelo atuário Túlio Pinheiro destacado acima na avaliação atuarial.

Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 10ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):



Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício.

Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve recebimento de heranças, presentes e doações no exercício.

Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício

PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Adoção de Procedimentos Internos no Sistema Orçamentário	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Registro Contábil				
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação				



TRIBUNAL DE CONTAS

Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos Eventos, evidenciando os saldos dos ativos e passivos	Contador	-	Implantado
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência	Contador	-	Implantado
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, 13º salário, férias e etc	Contador	-	Implantado
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial	Contador	-	Implantado
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores	Contador	-	Implantado
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência	Contador	-	Implantado
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes	Contador	-	Implantado
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Almoxarifado	-	Implantado
Ação 19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demais aspectos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Depto. De Patrimônio	-	Implantado
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da Receita pelo valor bruto	Contador	-	Implantado
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da receita e despesa com amortização; principal e encargos	Contador	-	Implantado
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização de receitas e despesas previdenciárias	Contador	-	Implantado
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização do ativo, reconhecimento, encaminhamento e inscrição	Contador	-	Implantado
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATORIOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos principais fatos relacionados aos precatórios	Contador	-	Implantado
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
				Não iniciada
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado

FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DE AMARAJI
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023

Pág.: 1



Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesso em: https://tce.ce.gov.br/ep/validaDoc.aspx?CodigoDocumento=177c71d-11eb-4270-b770-71976071a6bd

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 6 - FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DE AMARAJI

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE ¹		465.421,73	162.268,79	PASSIVO CIRCULANTE ¹¹		273.035,76	722.668,26
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA ²		465.421,73	162.268,79	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		0,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		465.421,73	162.268,79	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
CONTA ÚNICA RPPS	F	465.421,73	162.268,79	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO ¹³		372,00	372,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO ³		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		372,00	372,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO ⁴		0,00	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F	372,00	372,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO ⁵		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ESTOQUES ⁶		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO BIOLÓGICO		0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO ¹⁴		272.663,76	722.296,26
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS		272.663,76	722.296,26
				CONSIGNAÇÕES	F	272.663,76	722.296,26
ATIVO NÃO CIRCULANTE ⁷		268.580,62	267.744,64	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE ¹⁵		310.971.861,51	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		244.839,04	244.839,04	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO ⁸		244.839,04	244.839,04	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO ¹⁷		0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	P	244.839,04	244.839,04	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO ¹⁸		0,00	0,00
IMOBILIZADO ⁹		23.741,58	22.905,60	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS MÓVEIS		31.549,99	30.621,43	PROVISÕES A LONGO PRAZO ¹⁹		310.971.861,51	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	23.942,79	23.942,79	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		310.971.861,51	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	7.607,20	6.678,64	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	P	179.263.935,72	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-7.808,41	-7.715,83	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	P	131.707.925,79	0,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-7.808,41	-7.715,83	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	P	-178.798.513,99	0,00
INTANGÍVEL ¹⁰		0,00	0,00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	P	-131.707.925,79	0,00
DIFERIDO		0,00	0,00	OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - INTRA OFS	P	310.506.439,78	0,00
TOTAL		734.002,35	430.013,43	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
				RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00

FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DE AMARAJI
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023



Pág.: 2

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 6 - FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DE AMARAJI

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
			TOTAL PASSIVO			311.244.897,27	722.668,26
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO 20		-310.510.894,92	-292.654,83				
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00				
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00				
RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00				
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00				
RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00				
DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00				
RESULTADOS ACUMULADOS		-310.510.894,92	-292.654,83				
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		-310.510.894,92	-292.654,83				
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		-310.218.240,09	497.608.578,46				
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		-292.654,83	-497.901.233,29				
(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00				
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-310.510.894,92	-292.654,83				
TOTAL		734.002,35	430.013,43				

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Assesora em: https://eicfccc-pe.gov.br/gpp/validaDocumento.shtm Código do documento: f7f7c71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DE AMARAJI
BALANÇO PATRIMONIAL
 DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023



Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO 21		465.421,73	162.268,79	PASSIVO FINANCEIRO (273.035,76)+RP não Proc.(0,00) 23		273.035,76	722.668,26
ATIVO PERMANENTE 22		268.580,62	267.744,64	PASSIVO PERMANENTE 24		310.971.861,51	0,00
				SALDO PATRIMONIAL 25		-310.510.894,92	-292.654,83

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f7f7c71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DE AMARAJI
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023



Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO 26		0,00	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		0,00	0,00
DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		0,00	0,00

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/gpp/validaDoc.aspx?Codigo=documento: f17fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd>

FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DE AMARAJI
ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Orçamento Programa - Exercício de 2023



DEZEMBRO(31/12/2023)

Pág.:

ISOLADO: 6 - FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DE AMARAJI

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		465.421,73	162.268,79	PASSIVO CIRCULANTE		273.035,76	722.668,26
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		465.421,73	162.268,79	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		372,00	372,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		465.421,73	162.268,79	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		372,00	372,00
CONTA ÚNICA RPPS		465.421,73	162.268,79	FORNECEDORES NACIONAIS		372,00	372,00
TOTAL		465.421,73	162.268,79	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		272.663,76	722.296,26
				VALORES RESTITUÍVEIS		272.663,76	722.296,26
				CONSIGNAÇÕES		272.663,76	722.296,26
				TOTAL		273.035,76	722.668,26

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://portal.prf.gov.br/epv/validaDoc.aspx?CodigoDoDocumento: f77fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd>

FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DE AMARAJI
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Orçamento Programa - Exercício de 2023



DEZEMBRO(31/12/2023)

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://portal.prf.gov.br/epj/validarDocumento.aspx?Codigo=documento:ff7fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd>
 Pág.:

ISOLADO: 6 - FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DE AMARAJI

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO CIRCULANTE		268.580,62	267.744,64	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		310.971.861,51	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		244.839,04	244.839,04	PROVISÕES A LONGO PRAZO		310.971.861,51	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO		244.839,04	244.839,04	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		310.971.861,51	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO		244.839,04	244.839,04	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		179.263.935,72	0,00
IMOBILIZADO		23.741,58	22.905,60	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		-178.798.513,99	0,00
BENS MÓVEIS		31.549,99	30.621,43	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER		131.707.925,79	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		23.942,79	23.942,79	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER		-131.707.925,79	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS		7.607,20	6.678,64	OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA		310.506.439,78	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-7.808,41	-7.715,83				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-7.808,41	-7.715,83				
TOTAL		268.580,62	267.744,64	TOTAL		310.971.861,51	0,00

FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DE AMARAJI

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 6 - FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DE AMARAJI

Orçamento Programa - Exercício de 2023

Pág.: 1

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX) 27		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	38.612,40	38.612,40
01	VINCULADO	153.773,57	-599.011,87
18000000	Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) (Recursos do Exercício Corrente)	1.825.977,74	1.443.312,36
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	-7.285.703,19	-3.859.842,49
18980000	Recursos não classificados – a classificar (Recursos do Exercício Corrente)	5.613.499,02	1.817.518,26
TOTAL		192.385,97	-560.399,47





Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ff7fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

**Fundo Previdenciário
Município de Amaraji**

Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial Isolado

Demonstração Contábil Isolada
Resolução N° 216/2023

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO Patrimonial ISOLADO

Conforme Anexo da

Resolução 216/2023

2023



NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL ISOLADO

Conforme Anexo da Resolução 216/2023

O Balanço Patrimonial do Fundo Previdenciário do Município de Amaraji-FUNPRAMA foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012. As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial do Fundo Previdenciário do Município de Amaraji-FUNPRAMA, é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro por fonte de recurso.

O Fundo Previdenciário do Município de Amaraji- FUNPRAMA concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 "Fundo Público da Administração Direta Municipal" possui como atividade principal "Seguridade Social Obrigatória".

Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos



municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Bases de mensuração utilizadas:

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.

A moeda funcional do FUNPRAMA é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para "Financeiro", e (P), para "Permanente", conforme regras estabelecidas no MCASP e em



atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extra orçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro.

Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).

O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXXX)		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	38.612,40	38.612,40
01	VINCULADO	153.773,57	-599.011,87
18000000	Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) (Recursos do Exercício Corrente)	1.825.977,74	1.443.312,36
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	-7.285.703,19	-3.859.842,49
18990000	Recursos não classificados - a classificar (Recursos do Exercício Corrente)	5.611.499,02	1.817.518,26
TOTAL		192.385,97	-560.399,47

Em atendimento a Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TCE-PE, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intra orçamentária.

Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extra orçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da



alienação de ativos ou pagamento de passivos.

A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).

As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa lançado em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

As contas intituladas “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.



As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se o seguinte critério: pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício;

Em atendimento as exigências previstas na Portaria MPS, as contas classificadas como “Provisões Matemáticas Previdenciárias”, foram classificadas no PCASP em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPC nº 14, dentre os quais a mensuração a valor presente.

Estes registros intitulados de “passivos atuariais”, referentes ao Regime



Próprio de Previdência Social (RPPS), foram classificados no Passivo Não Circulante, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário contratado pelo RPPS.

Estas informações foram extraídas do cálculo atuarial do exercício de 2023, seguindo os critérios destacados das referências cruzadas do Passivo Não Circulante constante nesta nota explicativa.

Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Créditos a Curto Prazo Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de



elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos



ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas



nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido



Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados



Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. Ações / Cotas em Tesouraria Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento.

Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contra garantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.



Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of



Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação Contábil da STN.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as “provisões matemáticas previdenciárias”

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.



O Regime Orçamentário adotado pelo Fundo Previdenciário do Município de Amaraji-FUNPRAMA é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2023.

As entidades abrangidas.

A entidade pública abrangida pela Demonstração é o Fundo Previdenciário do Município de Amaraji- FUNPRAMA

Referências Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 465.421,73 (Quatrocentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e um reais e setenta e três centavos), compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo e estoques.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas ao final do exercício somam R\$ 465.421,73 (Quatrocentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e um reais e setenta e três centavos).

Quadro de Detalhamento das Disponibilidades	
Especificação	Saldo em 31/12/2023
Conta Única	
Conta RPPS	465.421,73
Outras Contas	
Aplicações Financeiras	
Depositos Restituíveis e Valores Vinculados	
Total	465.421,73



Além das informações seguintes, apostas de forma resumida, importante mencionar que fazem parte da prestação de contas consolidada os cadernos e relatórios de conciliação bancária, que detalham os valores financeiros registrados contabilmente.

Esse relatório teve sua construção e análise fundamentadas nos seguintes documentos:

O relatório Boletim de Caixa – produzido pela Tesouraria Municipal - que nos traz os saldos de acordo com a classificação contábil das contas: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Santander, Aplicação Financeira e Conta Arrecadação BB; Contas RPPS e demais contas.

Importante esclarecer que foram registrados como caixa e equivalente de caixa apenas dos valores em espécie e aquelas aplicações financeiras de curtíssimo prazo, com possibilidade de resgate para conversão em espécie.

Ao final do exercício de 2023, nenhuma das contas movimentadas pelo Poder executivo possuía pendências não resolvidas, sendo demonstrado nos relatórios contábeis o exato montante dos saldos financeiros.

Conta Única – RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). As disponibilidades do RPPS encontram-se demonstradas de forma individualizada na unidade orçamentária.

Outras Contas Movimento

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais e contratuais.

Esses recursos correspondem majoritariamente àqueles recebidos diretamente pelos fundos e entidades da administração indireta e representam, em sua maior parte, recursos com vinculação definida.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos,



que estão aplicados no mercado financeiro. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios, contratos e operações de crédito) são aplicados de acordo com as determinações específicas das unidades concedentes.

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

Os créditos a curto prazo estão descritos nas seguintes contas contábeis abaixo:

Nesse grupo de contas estão contabilizados, respeitado o regime de competência, os créditos tributários a receber originários de variações patrimoniais aumentativas tributárias e de contribuições, com expectativa de realização até 31.12.2023 e em exercícios seguintes (créditos parcelados não inscritos em dívida ativa), conforme demonstrado na tabela seguinte:

Descrição da Conta	Valor
Cientes	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
Dívida Ativa Tributária (*)	
Dívida Ativa Não Tributária (*)	
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Tributária	
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	
(-) Perdas estimadas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
(-) Perdas estimadas em Cientes	
Total	-

* Foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária com base na expectativa de recebimento do estoque da dívida até 12 meses na proporção de 20%, restando seu saldo residual no ativo não circulante, seguindo os critérios já definidos nesta nota.

Não houve registro de créditos a curto prazo no exercício de 2023 na Entidade.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 20%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação



nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2023 segrega os créditos inscritos em dívida ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de



endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.

Nota 4) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Adiantamentos Concedidos		P
Créditos Previdenciários a Curto Prazo		P
Outros Créditos a Receber a Curto Prazo		P
Total Atributo Permanente	-	
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo		F
Créditos a receber por reembolso de salário família e maternidade pago		F
Total Atributo Financeiro	-	

Adiantamentos Concedidos

Esta conta registra os valores de adiantamentos concedidos a pessoal referentes a 1/3 de férias. O saldo em 31.12.2023 é composto por valores adiantados pelas empresas estatais dependentes a seus funcionários.

Créditos Previdenciários a Curto Prazo

Essa conta registra os valores de Créditos Previdenciários a Curto Prazo.

Outros Créditos a Receber a Curto Prazo

Compreende os valores de depósitos e cauções em espécie efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de



uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo e em longo prazo, também compreendem créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, apresentando a seguinte composição analítica em 31.12.2023.

A Conta Especial de Precatórios, com saldo em 31.12.2023 de R\$ 0,00 (Zero real), representa os valores transferidos pelo Fundo ao Poder Judiciário para quitação de precatórios, cujo pagamento aos beneficiários ainda não foi efetuado pelo Tribunal de Justiça – TJ.

Nota 5) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO:

O valor evidenciado no total de R\$ 0,00 (Zero real), compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 6) ESTOQUE (NBC T SP 04 – Item 47):

O saldo do estoque ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real). Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

Nota 7) ATIVO NÃO CIRCULANTE:

Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, demais créditos e valores a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 268.580,62 (Duzentos e sessenta e oito mil, quinhentos e oitenta reais e sessenta e dois centavos).

Nota 8) CRÉDITOS A LONGO PRAZO:

Essa conta apresentou saldo de R\$ 244.839,04 (Duzentos e quarenta e



quatro mil, oitocentos e trinta e nove mil e quatro centavos), sendo:

Descrição da Conta	Valor
Cientes	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
Divida Ativa Tributária (*)	
Divida Ativa Não Tributária (*)	
(-) Perdas estimadas em Créditos de Divida Ativa Tributária	
(-) Perdas estimadas em Créditos de Divida Ativa Não Tributária	
(-) Perdas estimadas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
(-) Perdas estimadas em Clientes	
Créditos Previdenciários do RPPS	244.839,04
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	
Total	244.839,04

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA LONGO PRAZO

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 20%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%



O Balanço Patrimonial de 2023 segrega os créditos inscritos em dívida ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidência do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.

Nota 9) IMOBILIZADO:

O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 23.741,58 (Vinte e três mil, setecentos e quarenta e um reais e cinquenta e oito centavos). Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do Fundo a custo histórico.



O Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável está em processo de adequação pela Diretoria de Patrimônio, havendo evolução metodológica com relação ao percentual de depreciação e exaustão na proporção de 10%.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

Detalhamento do Imobilizado

Descrição da Conta	Valor
Bens Móveis	31.549,99
(-) Depreciação de Bens Móveis	7.808,41
Total Ajustado dos Bens Móveis	23.741,58
Bens Imóveis	
(-) Amortização de Bens Imóveis	
Total Ajustado dos Bens Imóveis	-
Total Líquido	23.741,58

Nota 10) INTANGÍVEL:

O valor do Intangível totalizou R\$ 0,00 (Zero real). O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.

Nota 11) PASSIVO CIRCULANTE:

As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 273.035,76 (Duzentos e setenta e três mil, trinta e cinco reais e setenta e seis centavos).



Nota 12) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:

Grupo de contas do passivo circulante, que compreende obrigações do Município decorrentes de relação trabalhista, especialmente aquelas com vencimento posterior à data de encerramento do exercício.

São apropriados por competência os valores devidos de férias e 13º salário, além dos tributos relacionados a essas verbas.

O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar		
Benefícios Assistenciais a Pagar		
Encargos Sociais a Pagar		
Total	-	

Nota 13) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO:

Compreende os valores a pagar aos fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais do Município, consignando os débitos reconhecidos por competência, inclusive os valores parcelados e as decisões judiciais.

Ao final do exercício ficou em restos a pagar o valor de R\$ 372,00 (Trezentos e setenta e dois reais), relativo a fornecedores e contas a pagar.

Detalhamento das Obrigações com Fornecedores e Contas a Pagar



Descrição da Conta	Valor	Atributo
Fornecedores Nacionais	372,00	
Total Atributo Financeiro	372,00	
Fornecedores Nacionais		
Total Atributo Permanente	-	

Nota 14) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO:

As demais obrigações a curto totalizam R\$ 272.663,76 (Duzentos e setenta e dois mil, seiscentos e sessenta e três reais e setenta e seis centavos. O detalhamento das Consignações e Depósitos não judiciais encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Consignações	272.663,76	
Depósitos Não Judiciais		
Indenizações e Restituições		
Subvenções a Pagar	-	
Outras Consignações		
Total com Atributo Financeiro	272.663,76	

Nota 15) PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

As obrigações de longo prazo ao final do exercício somam R\$ 310.971.861,51 (Trezentos e dez milhões, novecentos e setenta e um mil, oitocentos e sessenta e um reais e cinquenta e um centavos), decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo e provisões a longo prazo.

Nota 16) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO:



O montante de R\$ 0,00 (Zero real) compreende os parcelamentos de dívidas e outros compromissos existentes, conforme valores representados na tabela:

Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de Longo Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Precatórios		
Contribuições ao Regime Próprio de Previdência - RPPS		
Débito Parcelado - INSS		
Total com Atributo Financeiro	-	

Nota 17) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO):

O valor evidenciado no balanço para os empréstimos e financiamentos de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 18) OBRIGAÇÕES FISCAIS (LONGO PRAZO):

O valor evidenciado no balanço para as obrigações fiscais de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real) relativo aos parcelamentos junto ao FUNPRAMA.

Nota 19) PROVISÕES A LONGO PRAZO (NBC T SP 03 – Item 97 a 98):

As provisões totalizaram R\$ 310.971.861,51 (Trezentos e dez milhões, novecentos e setenta e um mil, oitocentos e sessenta e um reais e cinquenta e um centavos), e são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS. Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 465.421,73 (Quatrocentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e um reais e setenta e três centavos) conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas. Atuarário Túlio Pinheiro.



1.2.1.1.2.08.00			CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS	R\$	-
1.2.1.1.2.08.01			VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	R\$	-
1.2.1.1.2.08.02			VALOR ATUAL DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SUPLEMENTAR PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	R\$	-
1.2.1.1.2.08.03			VALOR ATUAL DOS RECURSOS VINCULADOS POR LEI PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	R\$	-
1.2.1.1.2.08.99			OUTROS CRÉDITOS DO RPPS PARA AMORTIZAR DEFICIT ATUARIAL	R\$	-

2.2.7.2.1.00.00			PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	R\$	468.421,73
2.2.7.2.1.01.00			RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISORES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$	468.421,73
2.2.7.2.1.01.01			APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	R\$	296.332.384,74
2.2.7.2.1.01.03			(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	R\$	(7.958.818,86)
2.2.7.2.1.01.04			(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	R\$	(115.017,68)
2.2.7.2.1.01.05			(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	R\$	(8.994.612,46)
2.2.7.2.1.01.99			(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$	-
2.2.7.2.1.02.00			RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISORES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$	0,00
2.2.7.2.1.02.01			APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	R\$	182.281.403,37
2.2.7.2.1.02.02			(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	R\$	(21.691.173,78)
2.2.7.2.1.02.03			(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	R\$	(18.524.252,89)
2.2.7.2.1.02.04			(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	R\$	(10.358.050,91)
2.2.7.2.1.02.99			(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$	-
2.2.7.2.1.03.00			RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISORES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$	-
2.2.7.2.1.03.01			APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.03.03			(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.03.04			(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.03.05			(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.03.99			(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$	-
2.2.7.2.1.04.00			RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISORES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$	-
2.2.7.2.1.04.01			APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.04.02			(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.04.03			(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.04.04			(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R\$	-
2.2.7.2.1.04.99			(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$	-

2.2.7.2.2.00.00			PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	R\$	-
2.2.7.2.2.01.00			FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISORES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$	(178.798.513,99)
2.2.7.2.2.01.01			(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$	(178.798.513,99)
2.2.7.2.2.02.00			FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISORES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$	(131.707.925,79)
2.2.7.2.2.02.03			(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$	(131.707.925,79)
2.2.7.2.2.05.00			OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - INTRA OFSS	R\$	310.506.439,78
2.2.7.2.2.05.01			OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$	178.798.513,99
2.2.7.2.2.05.02			OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$	131.707.925,79

2.2.7.9.2.00.00			OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	R\$	-
2.2.7.9.2.09.00			VALOR ATUAL DA OBRIGAÇÃO COM AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS	R\$	-
2.3.6.2.1.00.00			RESERVA ATUARIAL - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-
2.3.6.2.1.01.00			RESERVAS ATUARIAIS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	R\$	-
2.3.6.2.1.01.01			RESERVA ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS	R\$	-
2.3.6.2.1.01.02			RESERVA ATUARIAL PARA AJUSTES DO FUNDO	R\$	-



1. INTRODUÇÃO

A ARIMA - Soluções Atuariais vem, por meio deste relatório, informar os valores, devidamente atualizados para o respectivo mês, das Provisões Matemáticas da última Avaliação Atuarial.

2. JUSTIFICATIVA

As Provisões Matemáticas são o valor atuarial presente, posicionado na data base do cálculo atuarial, dos fluxos futuros dos benefícios concedidos e a conceder, líquido do valor atuarial presente, igualmente posicionado na mesma data, dos fluxos futuros de contribuições vertidas pelos segurados, pelo ente federativo e da compensação financeira junto ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

As obrigações previdenciárias dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos - RPPS, por sua vez, são continuamente corrigidas com o fim de preservar o valor real dos benefícios, caso contrário o contínuo processo inflacionário reduziria o poder de compra dos beneficiários constantemente.

E, portanto, a necessidade de correção dos benefícios, com vistas a manutenção do valor real dos mesmos, faz igualmente necessário que o gestor acompanhe ao longo do tempo a evolução das supracitadas provisões.

Este relatório visa atender uma demanda da Portaria SPS n° 333/2017 que alterou a periodicidade dos Demonstrativos Contábeis, que passaram de semestral para mensal e da Portaria STN n° 117/2019 que estabeleceu o envio de informações contábeis, definindo a obrigatoriedade a partir da competência de julho. Um dos documentos obrigatórios é a Provisão Matemática.

3. RESULTADO ATUARIAL

O resultado atuarial é a diferença do Patrimônio Líquido do RPPS e a Provisão Matemática.

O Patrimônio Líquido é composto dos bens, direitos e ativos vinculados ao plano de benefício, integrando a este o valor do parcelamento existente.

Quando temos uma situação em que a diferença entre o Patrimônio Líquido e a Provisão Matemática é igual a zero, significa que o plano de benefício é superavitário, logo o valor do superávit é registrado na conta 2.2.7.2.1.07.01.

Quando temos uma situação que a diferença entre o Patrimônio Líquido e a Provisão Matemática é negativa, significa que o plano de benefício é deficitário. Não há registro em nenhuma conta contábil deste valor, somente esta diferença que comprova.

Os entes que optaram pela "Segregação da Massa" como forma de equacionamento do déficit atuarial, em obediência ao artigo 21, da Portaria MPS 403/2008, devem separar os recursos financeiros pertencentes a cada plano de previdência (Plano Financeiro e Plano Previdenciário).

1. Plano financeiro

É formado por todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas que estavam no regime até a publicação da lei da segregação. Esse plano não tem o propósito de acumulação de recursos. É tratado sob o regime financeiro de repartição simples, em que as contribuições previdenciárias em um determinado exercício sejam suficientes para o pagamento dos benefícios.

No caso do município de Amaraji ele está deficitário em R\$ 310.506.439,78.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do presente estudo dependem diretamente das informações disponibilizadas, ignoram outras variáveis não relacionadas ao processo inflacionário, portanto eventual alteração nos dados informados implicará necessariamente na revisão dos valores aqui apresentados.

Nota 20) PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

O patrimônio líquido do Funprama compreende o valor residual dos ativos



depois de deduzidos todos os passivos, sendo segregado em patrimônio social, aquele pertencente às unidades da administração direta, autarquias, fundações, fundos e Câmara Municipal; capital social, aquele subscrito pelas empresas dependentes; reservas e os resultados acumulados.

O patrimônio líquido da entidade perfez ao final do exercício o valor de R\$ 310.510.894,92 (Trezentos e dez milhões, quinhentos e dez mil, oitocentos e noventa e quatro reais e noventa e dois centavos) negativo. O Resultado do exercício foi R\$ 310.218.240,09 (Trezentos e dez milhões, duzentos e dezoito mil, duzentos e quarenta reais e nove centavos) deficitário. Este resultado foi impactado pela constituição de provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 465.421,73 (Quatrocentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e um reais e setenta e três centavos) conforme Cálculo Atuarial que consta desta prestação de contas. O Município de Amaraji não possui empresa pública ou sociedade de economia mista, por este motivo não há registro de valores nas contas de Capital Social. As autarquias também não possuem registro de Capital Social.

Detalhamento do Patrimônio Líquido

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	- 292.654,83	
Resultado do Exercício	- 310.218.240,09	
Ajuste de Exercícios Anteriores		
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	- 310.510.894,92	

Nota 21) ATIVO FINANCEIRO:

O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 465.421,73



(Quatrocentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e um reais e setenta e três centavos).

Nota 22) ATIVO PERMANENTE:

O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 268.580,62 (Duzentos e sessenta e oito mil, quinhentos e oitenta reais e sessenta e dois centavos).

Nota 23) PASSIVO FINANCEIRO:

O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros.

O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 273.035,76 (Duzentos e setenta e três mil, trinta e cinco reais e setenta e seis centavos), somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 0,00 (Zero real) perfazem o total de R\$ 273.035,76 (Duzentos e setenta e três mil, trinta e cinco reais e setenta e seis centavos).

Nota 24) PASSIVO PERMANENTE:

Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente. Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 310.971.861,51 (Trezentos e dez milhões, novecentos e setenta e um mil, oitocentos e sessenta e um reais e cinquenta e um centavos).

Nota 25) SALDO PATRIMONIAL:



O total do saldo patrimonial do exercício foi R\$ 310.510.894,92 (Trezentos e dez milhões, quinhentos e dez mil, oitocentos e noventa e quatro reais e noventa e dois centavos), DEFICITÁRIO.

Nota 26) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO:

O valor do saldo dos atos potenciais passivos refere-se as Obrigações conveniados e outros instrumentos congêneres e das Obrigações contratuais a executar foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

Nota 27) QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64):

O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 192.385,97 (Cento e noventa e dois mil, trezentos e oitenta e cinco reais e noventa e sete centavos), superavitário que poderá servir de abertura de créditos suplementares para o exercício seguinte.

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros.

Quanto ao gerenciamento da aplicação das fontes/destinação de recursos, cabe aos ordenadores de despesa, seguir o controle por fonte de recursos



existente e na programação financeira, evitando o comprometimento de fontes de recursos.

Ao setor contábil, cabe o registro dos atos e fatos realizados no período representando em suas demonstrações o que de fato ocorreu com o gerenciamento das fontes feitos pelos gestores.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou



controle cambial:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

Informações relevantes sobre transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

Descrição de ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem significativamente o balanço patrimonial:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extra orçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível).

No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do



passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados.

Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial.

Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos.

O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos.

Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Resolução TCE-PE):

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item da Resolução TCE-PE):



Não houve bens recebidos por doação no exercício.

Transferência de Ativos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item Anexo da Resolução TCE-PE):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico deduzidos os valores correspondentes a depreciação e amortização.

Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem



estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

Perdas da Dívida Ativa (NBC T SP 03 – item 97 e 98):

Foram reconhecidas perdas da dívida ativa decorrentes de cancelamento R\$ 0,00 (Zero real) e concedido desconto no valor de R\$ 0,00 (Zero real) conforme demonstrativo do departamento tributário.

Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário contratado pelo RPPS pelo atuário Túlio Pinheiro destacado acima na avaliação atuarial.

Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 10ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção



do poder de geração de caixa.

Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício.



Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve recebimento de heranças, presentes e doações no exercício.

Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício

*PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS
PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº
548/2015:*

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
<i>Adoção do Procedimento Contábil Orçamentários.</i>				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação				
Registro Contábil	Adoção de Procedimentos Internos no Sistema Orçamentário	Contador	-	Implantado
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



TRIBUNAL DE CONTAS

Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos Eventos, evidenciando os saldos dos ativos e passivos	Contador	-	Implantado
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência	Contador	-	Implantado
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, 13º salário, férias e etc	Contador	-	Implantado
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial	Contador	-	Implantado
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores	Contador	-	Implantado
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência	Contador	-	Implantado
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes	Contador	-	Implantado
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Almoxarifado	-	Implantado
Ação 19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demais aspectos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Depto. De Patrimônio	-	Implantado
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da Receita pelo valor bruto	Contador	-	Implantado
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da receita e despesa com amortização; principal e encargos	Contador	-	Implantado
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização de receitas e despesas previdenciárias	Contador	-	Implantado
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização do ativo, reconhecimento, encaminhamento e inscrição	Contador	-	Implantado
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATORIOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos principais fatos relacionados aos precatórios	Contador	-	Implantado
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
				Não iniciada
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA ESGOTO - SAAE
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)



Orçamento Programa - Exercício de 2023

Pág.: 2

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 5 - SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA ESGOTO - SAAE

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL		2.114.906,78	2.867.956,11	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00
				AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00
				DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
				RESULTADOS ACUMULADOS		2.088.421,61	2.802.287,28
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		2.088.421,61	2.802.287,28
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		-713.865,67	933.853,35
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		2.802.287,28	1.868.433,93
				(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.088.421,61	2.802.287,28
				TOTAL		2.114.906,78	2.867.956,11

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesso em: https://etec.ice.pe.gov.br/ep/v/validaDoc.seam?Codigo do documento: f17fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA ESGOTO - SAAE
BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023



Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO 22		27.791,76	18.936,10	PASSIVO FINANCEIRO (26.485,17)+RP não Proc.(1.968.496,00) 24		1.994.981,17	605.777,03
ATIVO PERMANENTE 23		2.087.115,02	2.849.020,01	PASSIVO PERMANENTE 25		0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL 26		119.925,61	2.262.179,08

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f77fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA ESGOTO - SAAE
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2023)

Orçamento Programa - Exercício de 2023



Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO 27		76.405,79	76.405,79
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		76.405,79	76.405,79
DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		76.405,79	76.405,79

Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://epec.icez.pe.gov.br/gpp/validarDocumento.aspx> Código do documento: f17fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA ESGOTO - SAAE
ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Orçamento Programa - Exercício de 2023



Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://portalpe.gov.br/ep/validaDoc.aspx?CodigoDoDocumento=ff7fc71d-11eb-4270-bf70-7f976071a6bd>

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 5 - SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA ESGOTO - SAAE

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		27.791,76	18.936,10	PASSIVO CIRCULANTE		26.485,17	65.668,83
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		27.791,76	18.936,10	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		0,00	7.960,63
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		27.791,76	18.936,10	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		0,00	7.960,63
CAIXA		77,10	77,10	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		0,00	6.620,22
CONTA ÚNICA		27.714,66	18.859,00	FGTS		0,00	1.340,41
TOTAL		27.791,76	18.936,10	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		0,00	31.351,55
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		0,00	31.351,55
				FORNECEDORES NACIONAIS		0,00	31.351,55
				DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		26.485,17	26.356,65
				VALORES RESTITUÍVEIS		26.485,17	26.356,65
				OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		824,91	824,91
				CONSIGNAÇÕES		25.660,26	25.531,74
				EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR		1.968.496,00	540.108,20
				EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		1.968.496,00	540.108,20
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		540.108,20	130.553,80
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		540.108,20	130.553,80
				RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.428.387,80	409.554,40
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.428.387,80	409.554,40
				TOTAL		1.994.981,17	605.777,03

SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA ESGOTO - SAAE
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE



DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 5 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA ESGOTO - SAAE

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		384.583,19	2.659.242,36				
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		384.583,19	2.659.242,36				
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		699.242,16	0,00				
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS		699.242,16	0,00				
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA		0,00	2.954.713,73				
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA		0,00	2.954.713,73				
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO		-314.658,97	-295.471,37				
(-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		-314.658,97	-295.471,37				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.702.531,83	189.777,65				
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.538.332,76	0,00				
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		1.538.332,76	0,00				
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		2.796.968,64	0,00				
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO		-1.258.635,88	0,00				
IMOBILIZADO		164.199,07	189.777,65				
BENS MÓVEIS		225.785,86	225.785,86				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		21.108,00	21.108,00				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		176.745,52	176.745,52				
VEÍCULOS		7.390,00	7.390,00				
DEMAIS BENS MÓVEIS		20.542,34	20.542,34				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-61.586,79	-36.008,21				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-61.586,79	-36.008,21				
TOTAL		2.087.115,02	2.849.020,01				

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA ESGOTO - SAAE

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2023)

ISOLADO: 5 - SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA ESGOTO - SAAE

Orçamento Programa - Exercício de 2023

Pág.: 1

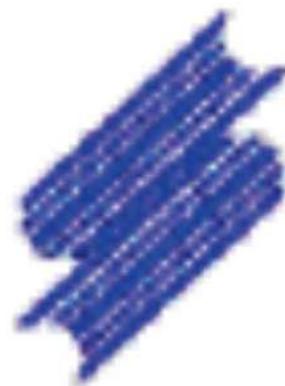
D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		28	Nota	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
				ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO			-1.679.425,72	-302.674,54
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)			-1.820.873,17	-446.741,84
01	VINCULADO			-287.763,69	-284.166,39
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)			-251.574,20	-225.661,80
18980000	Recursos não classificados – a classificar (Recursos do Exercício Corrente)			30.366,51	-16.275,15
18990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)			-66.556,00	-42.229,44
TOTAL				-1.967.189,41	-586.840,93





Documento Assinado Digitalmente por: ALINE DE ANDRADE GOUVEIA, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ff7fc71d-11db-4270-bf70-7f976071a6bd



**Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Amraji
Estado de Pernambuco**

Balanco Patrimonial Isolado

**Demonstração Contábil Isolada
Resolução, Nº 216/2023**

2023



NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL ISOLADO

Conforme Anexo da Resolução 216/2023

O Balanço Patrimonial do Serviços Autônomo de Água e Esgoto de Amaraji-SAAE foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012. As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial do Serviço Autônomo e Água e Esgoto de Amaraji - SAAE, é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro por fonte de recurso.

O serviço Autônomo de Água e Esgoto de Amaraji-SAAE concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 103-1 "Órgão Público do Poder Executivo Municipal" possui como atividade principal "a administração pública geral".

Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos



municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Bases de mensuração utilizadas:

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.

A moeda funcional do SAAE é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para "Financeiro", e (P), para "Permanente", conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE.



Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extra orçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro.

Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).

O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXX)			
00	ORDINARIO	-1.679.425,72	-302.674,54
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	-1.320.873,17	-446.741,34
01	VINCULADO	-287.763,69	-284.166,39
18690000	Outros recursos extrorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	-251.574,20	-225.661,30
18900000	Recursos não classificados - a classificar (Recursos do Exercício Corrente)	30.366,51	-16.275,15
18990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	-66.556,00	-62.229,44
TOTAL		-1.967.189,41	-586.840,93

Em atendimento a Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TCE-PE, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intra orçamentária.

Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extra orçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.



A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).

As contas intituladas no grupo "Caixa e equivalentes de caixa" são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

As contas intituladas no grupo "Créditos e valores a curto prazo" são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

O ajuste para perdas dos "Créditos tributários" foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa lançado em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

As contas intituladas no grupo "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

As contas intituladas "Estoques", são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

As contas intituladas no grupo "Imobilizado" foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o



reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

As contas classificadas no grupo "Intangível", foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

As contas classificadas no grupo "Empréstimos e financiamentos", foram avaliadas observando-se o seguinte critério: pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício;

Em atendimento as exigências previstas na Portaria MPS, as contas classificadas como "Provisões Matemáticas Previdenciárias", foram classificadas no PCASP em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPC nº 14, dentre os quais a mensuração a valor presente.

Estes registros intitulados de "passivos atuariais", referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), foram classificados no Passivo Não Circulante, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário contratado pelo RPPS.



Estas informações foram extraídas do cálculo atuarial do exercício de 2023, seguindo os critérios destacados das referências cruzadas do Passivo Não Circulante constante nesta nota explicativa.

Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Créditos a Curto Prazo Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente



Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo



Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar



a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os



passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. Ações / Cotas em Tesouraria Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente



Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento.

Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contra garantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso



I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação



Contábil da STN.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as "provisões matemáticas previdenciárias"

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentário adotado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Amaraji-SAAE é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2023.

As entidades abrangidas.

A entidade pública abrangida pela Demonstração é o Serviço



Autônomo de Água e Esgoto de Amaraji-SAAE.

Referências Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 412.374,95 (Quatrocentos doze mil, trezentos e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo e estoques.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas ao final do exercício somam R\$ 27.791,76 (Vinte e sete mil, setecentos e noventa e um reais e setenta e seis centavos).

Quadro de Detalhamento das Disponibilidades	
Especificação	Saldo em 31/12/2023
Conta Única	27.714,66
Conta RPPS	
Outras Contas	77,10
Aplicações Financeiras	
Depositos Restituíveis e Valores Vinculados	
Total	27.791,76

Além das informações seguintes, apostas de forma resumida, importante mencionar que fazem parte da prestação de contas consolidada os cadernos e relatórios de conciliação bancária, que detalham os valores financeiros registrados contabilmente.

Esse relatório teve sua construção e análise fundamentadas nos seguintes documentos:

O relatório Boletim de Caixa – produzido pela Tesouraria Municipal - que nos traz os saldos de acordo com a classificação contábil das contas: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Santander, Aplicação Financeira e Conta Arrecadação BB; Contas RPPS e demais contas.



Importante esclarecer que foram registrados como caixa e equivalente de caixa apenas dos valores em espécie e aquelas aplicações financeiras de curtíssimo prazo, com possibilidade de resgate para conversão em espécie.

Ao final do exercício de 2023, nenhuma das contas movimentadas pelo SAAE possuía pendências não resolvidas, sendo demonstrado nos relatórios contábeis o exato montante dos saldos financeiros.

Conta Única – RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). As disponibilidades do RPPS encontram-se demonstradas de forma individualizada na unidade orçamentária.

Outras Contas Movimento

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais e contratuais.

Esses recursos correspondem majoritariamente àqueles recebidos diretamente pelos fundos e entidades da administração indireta e representam, em sua maior parte, recursos com vinculação definida.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos, que estão aplicados no mercado financeiro. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios, contratos e operações de crédito) são aplicados de acordo com as determinações específicas das unidades concedentes.

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

Os créditos a curto prazo estão descritos nas seguintes contas contábeis abaixo:

Nesse grupo de contas estão contabilizados, respeitado o regime de competência, os créditos tributários a receber originários de variações patrimoniais aumentativas tributárias e de contribuições, com expectativa de realização até 31.12.2023 e em exercícios seguintes (créditos parcelados não



inscritos em dívida ativa), conforme demonstrado na tabela seguinte:

Descrição da Conta	Valor
Cientes	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
Dívida Ativa Tributária (*)	699.242,16
Dívida Ativa Não Tributária (*)	
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Tributária	314.658,97
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	
(-) Perdas estimadas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
(-) Perdas estimadas em Cientes	
Total	384.583,19

* Foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária com base na expectativa de recebimento do estoque da dívida até 12 meses na proporção de 20% , restando seu saldo residual no ativo não circulante, seguindo os critérios já definidos nesta nota.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 20%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2023 segrega os créditos inscritos em dívida



ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.

Nota 4) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:

Não Houve registro no balanço de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.



Descrição da Conta	Valor	Atributo
Adiantamentos Concedidos		P
Créditos Previdenciários a Curto Prazo		P
Outros Créditos a Receber a Curto Prazo		P
Total Atributo Permanente	-	
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo		F
Créditos a receber por reembolso de salario familia e maternidade pago		F
Total Atributo Financeiro	-	

Adiantamentos Concedidos

Esta conta registra os valores de adiantamentos concedidos a pessoal referentes a 1/3 de férias. O saldo em 31.12.2023 é composto por valores adiantados pelas empresas estatais dependentes a seus funcionários.

Créditos Previdenciários a Curto Prazo

Essa conta registra os valores de Créditos Previdenciários a Curto Prazo.

Outros Créditos a Receber a Curto Prazo

Compreende os valores de depósitos e cauções em espécie efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo e em longo prazo, também compreendem créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores.

Nota 5) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO:

Não houve registro de investimentos e aplicações temporárias a curto prazo no exercício, essa conta compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das



atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 6) ESTOQUE (NBC T SP 04 – Item 47):

Não houve registro de estoque no Balanço Patrimonial da entidade no exercício de 2023.

Nota 7) ATIVO NÃO CIRCULANTE:

Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, demais créditos e valores a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 1.702.531,83 (Um milhão, setecentos e dois mil, quinhentos e trinta e um reais e oitenta e três centavos).

Nota 8) CRÉDITOS A LONGO PRAZO:

O valor de R\$ 1.538.332,76 (Um milhão, quinhentos e trinta e oito mil, trezentos e trinta e dois reais e setenta e seis centavos), sendo:

Descrição da Conta	Valor
Cientes	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
Divida Ativa Tributária (*)	2.796.968,64
Divida Ativa Não Tributária (*)	
(-) Perdas estimadas em Créditos de Divida Ativa Tributária	1.258.635,88
(-) Perdas estimadas em Créditos de Divida Ativa Não Tributária	
(-) Perdas estimadas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
(-) Perdas estimadas em Cientes	
Créditos Previdenciários do RPPS	
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA LONGO PRAZO

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda**



aproximada de 80%, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2023 segrega os créditos inscritos em dívida ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de



endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.

Nota 9) IMOBILIZADO:

O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 164.199,07 (Cento e sessenta e quatro mil, cento e noventa e nove reais e sete centavos). Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

O Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável está em processo de adequação pela Diretoria de Patrimônio, havendo evolução metodológica com relação ao percentual de depreciação e exaustão na proporção de 10%.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

Detalhamento do Imobilizado

Descrição da Conta	Valor
Bens Móveis	225.785,86
(-) Depreciação de Bens Móveis	61.586,79
Total Ajustado dos Bens Móveis	164.199,07
Bens Imóveis	
(-) Amortização de Bens Imóveis	
Total Ajustado dos Bens Imóveis	-
Total Liquido	164.199,07

Nota 10) INTANGÍVEL:

Não houve registro de intangível no exercício de 2023 da entidade. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações



relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.

Nota 11) PASSIVO CIRCULANTE:

As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 26.485,17 (Vinte e seis mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e dezessete centavos).

Nota 12) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:

Grupo de contas do passivo circulante, que compreende obrigações do SAAE decorrentes de relação trabalhista, especialmente aquelas com vencimento posterior à data de encerramento do exercício.

São apropriados por competência os valores devidos de férias e 13º salário, além dos tributos relacionados a essas verbas.

O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar		
Benefícios Assistenciais a Pagar		
Encargos Sociais a Pagar		
Total	-	

Nota 13) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO:



Compreende os valores a pagar aos fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais do SAAE, consignando os débitos reconhecidos por competência, inclusive os valores parcelados e as decisões judiciais.

Ao final do exercício ficou em restos a pagar o valor de R\$ 0,00 (Zero real), relativo a fornecedores e contas a pagar.

Detalhamento das Obrigações com Fornecedores e Contas a Pagar

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Fornecedores Nacionais		
Total Atributo Financeiro	-	
Fornecedores Nacionais		
Total Atributo Permanente	-	

Nota 14) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO:

As demais obrigações a curto prazo totalizam R\$ 26.485,17 (Vinte e seis mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e dezessete centavos). O detalhamento das Consignações e Depósitos não judiciais encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Consignações	25.660,26	
Depósitos Não Judiciais		
Indenizações e Restituições		
Subvenções a Pagar	-	
Outras Consignações	824,91	
Total com Atributo Financeiro	26.485,17	

Nota 15) PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

As obrigações de longo prazo ao final do exercício somam R\$ 0,00 (Zero



real), decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo e provisões a longo prazo.

Nota 16) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO:

O montante de R\$ 0,00 (Zero real) compreende os parcelamentos de dívidas e outros compromissos existentes, conforme valores representados na tabela:

Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de Longo Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Precatórios		
Contribuições ao Regime Próprio de Previdência - RPPS		
Débito Parcelado - INSS		
Total com Atributo Financeiro	-	

Nota 17) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO):

O valor evidenciado no balanço para os empréstimos e financiamentos de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 18) OBRIGAÇÕES FISCAIS (LONGO PRAZO):

O valor evidenciado no balanço para as obrigações fiscais de longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real) relativo aos parcelamentos

Nota 19) TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO:

O valor evidenciado no balanço para transferências fiscais a longo prazo ao final do exercício foi de R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 20) PROVISÕES A LONGO PRAZO (NBC T SP 03 – Item 97 a 98):



As provisões totalizaram R\$ 0,00 (Zero real), e são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS. Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 (Zero real) conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas.

Nota 21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

O patrimônio líquido do SAAE compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, sendo segregado em patrimônio social, aquele pertencente às unidades da administração direta, autarquias, fundações, fundos e Câmara Municipal; capital social, aquele subscrito pelas empresas dependentes; reservas e os resultados acumulados.

O patrimônio líquido da entidade perfez ao final do exercício o valor de R\$ 2.088.421,61 (Dois milhões, oitenta e oito mil, quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e um centavos). O Resultado do exercício foi R\$ 713.865,67 (Setecentos e treze mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e sete centavos) deficitário. O Município de Amaraji não possui empresa pública ou sociedade de economia mista, por este motivo não há registro de valores nas contas de Capital Social. As autarquias também não possuem registro de Capital Social.

Detalhamento do Patrimônio Líquido

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	2.802.287,28	
Resultado do Exercício	- 713.865,67	
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	2.088.421,61	

Nota 22) ATIVO FINANCEIRO:



O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 27.791,76 (Vinte e sete mil, setecentos e noventa e um reais e setenta e seis centavos).

Nota 23) ATIVO PERMANENTE:

O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 2.087.115,02 (Dois milhões, oitenta e sete mil, cento e quinze reais e dois centavos).

Nota 24) PASSIVO FINANCEIRO:

O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros.

O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 26.485,17 (Vinte e seis mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e dezessete centavos), somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 1.968.496,00 (Um milhão, novecentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e seis reais) perfazem o total de R\$ 1.994.981,17 (Um milhão, novecentos e noventa e quatro mil, novecentos e oitenta e um reais e dezessete centavos).

Nota 25) PASSIVO PERMANENTE:

Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P



(Permanente) somam R\$ 0,00 (Zero real).

Nota 26) SALDO PATRIMONIAL:

O total do saldo patrimonial do exercício foi R\$ 2.262.179,08 (Dois milhões, duzentos e sessenta e dois mil, cento e setenta e nove reais e oito centavos) superavitário.

Nota 27) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO:

O valor do saldo dos atos potenciais passivos refere-se as Obrigações conveniados e outros instrumentos congêneres e das Obrigações contratuais a executar foi de R\$ 76.405,79 (Setenta e seis mil, quatrocentos e cinco reais e setenta e nove centavos).

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

Nota 28) QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64):

O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 1.967.189,41 (Um milhão, novecentos e sessenta e sete mil, cento e oitenta e nove reais e quarenta e um centavos), deficitário que poderá servir de abertura de créditos suplementares para o exercício seguinte.

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a



situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros.

Quanto ao gerenciamento da aplicação das fontes/destinação de recursos, cabe aos ordenadores de despesa, seguir o controle por fonte de recursos existente e na programação financeira, evitando o comprometimento de fontes de recursos.

Ao setor contábil, cabe o registro dos atos e fatos realizados no período representando em suas demonstrações o que de fato ocorreu com o gerenciamento das fontes feitos pelos gestores.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.



Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

Informações relevantes sobre transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

Descrição de ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem significativamente o balanço patrimonial:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extra orçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas



antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível).

No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados.

Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial.

Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos.

O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos.

Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Resolução TCE-PE):

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item da Resolução TCE-



PE):

Não houve bens recebidos por doação no exercício.

Transferência de Ativos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item Anexo da Resolução TCE-PE):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico deduzidos os valores correspondentes a depreciação e amortização.

Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem



estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

Perdas da Dívida Ativa (NBC T SP 03 – item 97 e 98):

Foram reconhecidas perdas da dívida ativa decorrentes de cancelamento R\$ 1.573.294,85 (Um milhão, quinhentos e setenta e três mil, duzentos e noventa e quatro reais e oitenta e cinco centavos) e concedido desconto no valor de R\$ 0,00 (Zero real) conforme demonstrativo do departamento tributário.

Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário contratado pelo RPPS pelo atuário Túlio Pinheiro destacado acima na avaliação atuarial.

Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 10ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção



do poder de geração de caixa.

Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício.

Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):



Não houve recebimento de heranças, presentes e doações no exercício.

Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício

PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Adoção de Procedimentos Internos no Sistema Orçamentário	Contador	-	Implantado
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



TRIBUNAL DE CONTAS

Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos Eventos, evidenciando os saldos dos ativos e passivos	Contador	-	Implantado
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência	Contador	-	Implantado
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, 13º salário, férias e etc	Contador	-	Implantado
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial	Contador	-	Implantado
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores	Contador	-	Implantado
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência	Contador	-	Implantado
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes	Contador	-	Implantado
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Almoxarifado	-	Implantado
Ação 19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demais aspectos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Depto. De Patrimônio	-	Implantado
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da Receita pelo valor bruto	Contador	-	Implantado
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da receita e despesa com amortização; principal e encargos	Contador	-	Implantado
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização de receitas e despesas previdenciárias	Contador	-	Implantado
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização do ativo, reconhecimento, encaminhamento e inscrição	Contador	-	Implantado
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATORIOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos principais fatos relacionados aos precatórios	Contador	-	Implantado
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
				Não iniciada
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado